  
Paulo Belbut Gonçalves

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE**

--- Aos trinta dias de junho de dois mil e dezassete reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves, GMM e Américo João da Silva Dias, CDS/PP, em substituição de Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP), Duarte Luís F. Caldeira Ferreira (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guida Maria Barcelos Martins (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS), Pedro Filipe da Silva Marques (BE), Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Ângelo Alberto de Araújo Silveira, Filomena Maria Teixeira Gonçalves, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e José Maria Abreu Barros. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, Herlanda Maria Gouveia Amado e José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Carlos Alberto Rodrigues, Elisa Pontes Scozzai, José Agostinho Freitas Baptista, José Jorge A. Camacho, Lívio Rómulo Soares Coelho, Luís Filipe Camacho Pereira, Luís Miguel Moura de Sousa, Marco Alexandre R. P. Fernandes, Maria Elisabete Mendonça Andrade, Marisa Maria P. Santos e Costa, Raquel João Martins da Silva, Robert Miguel Andrade de Castro, Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, Rui Alberto Garanito Santos e Rui Nuno Barros

Cortez. -----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira, Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh. -----

--- **VEREADORES AUSENTES** – Bruno Miguel Camacho Pereira do PPD/PSD. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luís, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Domingos Manuel Martins Rodrigues, Énio Dionísio Vieira Martins, João José Sales F. Correia e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a Chefe de Divisão de Atendimento e Administração da autarquia, Catarina Isabel Sousa Pereira, designada para elaborar a ata desta sessão.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:** -----

**1.1. A Deputada Municipal Guida Maria Vieira,** deputada municipal do GMM, eleita pelo BE, comunicou a sua ausência sendo substituída por Pedro Filipe da Silva Marques. -----

**1.2. O Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu,** deputado municipal eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Elisa Pontes Scozzi. ----

**1.3. O Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas Andrade,** deputado municipal eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Jorge A. Camacho.

**1.4. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues,** Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Luís Filipe Camacho Pereira. -----

**1.5. A Deputada Municipal Nélia Maria G. Vieira Aguiar,** deputada municipal do CDS/PP, comunicou a sua ausência sendo substituída por Ângelo Alberto de Araújo Silveira. -----

  
Paulo Beltrão

**1.6. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes da Silva**, deputado municipal eleito pelo PCP/PEV-CDU, comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

**1.7. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes**, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Robert Miguel Andrade de Castro. -----

**1.8. O Deputado Municipal Manuel Nélio Vicente Pereira**, deputado municipal pelo GMM, eleito pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Sérgio Juvenal de Jesus Abreu. -----

**1.9. O Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade**, eleito pelo PCP/PEV-CDU, comunicou a sua ausência sendo substituído por Énio Dionísio Vieira Martins. -----

## **2. RENÚNCIA DE MANDATO:** -----

**2.1. Lino Ricardo Silva Abreu**, eleito pelo CDS-PP, comunicou a renúncia ao mandato, sendo substituído por José Maria Abreu Barros. -----

## **3. EXPEDIENTE:** -----

### **3.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia:** -----

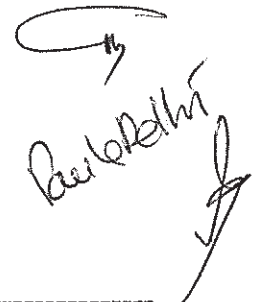
- O General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea enviou um convite para a Cerimónia Comemorativa do 4º aniversário da Estação de Radar nº 4, que teve lugar no dia nove de maio de dois mil e dezassete. -----

- Violante Saramago Matos enviou um convite para o lançamento do livro *Aventura-te nas Histórias do Quinas!*, que teve lugar no dia onze de maio de dois mil e dezassete. -----

- O General Chefe do Estado-Maior do Exército e o Major-General Comandante da Zona Militar da Madeira enviaram os seguintes convites: -----

- Concerto da Banda Militar da Madeira com a participação da Associação Contigo Teatro, que se teve lugar no dia onze de maio de dois mil e dezassete. -----

- Cerimónia Militar Comemorativa do 181º aniversário da Zona Militar da Madeira, que teve lugar no dia doze de maio de dois mil e dezassete. -----
- O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: -----
  - Participação no evento internacional "SMARTFUNCHAL'17 – Cities Tourism Summit", que teve lugar nos dias onze e doze de maio de dois mil e dezassete. ----
  - Participação no Ciclo de Conferências "PROJETAR O FUTURO" com o primeiro tema: "Reabilitação Urbana", que teve lugar no dia vinte e três de maio de dois mil e dezassete. -----
- O Presidente da Direção do Núcleo Regional da Madeira da Liga Portuguesa Contra o Cancro, enviou um convite para o Encontro Regional do Projeto "Um dia pela Vida" 2017, que teve lugar nos dias vinte e vinte e um de maio de dois mil e dezassete. -----
- O Presidente da Câmara Municipal de Santana enviou um convite para a Cerimónia das Comemorações do Dia do Concelho de Santana, que teve lugar no dia vinte e cinco de maio de dois mil e dezassete. -----
- O Presidente da Junta de Freguesia da Sé enviou um convite para a Sessão de Abertura das "Festas da Sé", que teve lugar no dia vinte e seis de maio de dois mil e dezassete. ----
- O Presidente da Assembleia Municipal de São Vicente enviou um convite para o Encontro de Presidentes da Assembleia Municipal, que teve lugar no dia nove de junho de dois mil e dezassete. -----
- O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro enviou os seguintes convites: -----
  - Assistir ao desfile das Marchas de São João, que teve lugar no dia vinte e três de junho de dois mil e dezassete. -----
  - Estar presente na Missa seguida de Procissão, que teve lugar no dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezassete. -----
  - Assistir ao desfile das Marchas de São Pedro, que teve lugar no dia vinte e cinco de



junho de dois mil e dezassete. -----

- A Ordem dos Advogados – Conselho Regional da Madeira enviou para a celebração dos 50 anos da publicação e entrada em vigor do código civil, que teve lugar no dia vinte e três de junho de dois mil e dezassete. -----

- O Presidente da Câmara Municipal da Calheta enviou um convite para a Sessão Solene comemorativa do 515º aniversário do Município, que teve lugar no dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezassete. -----

**5. Pedidos de intervenção reencaminhados à CMF:** -----

5.1. Do Deputado Municipal Independente Donato Paulo Vares Macedo, pedido de informação sobre o cartão FUNCHAL-Card. -----

5.2. Do Grupo Municipal do CDS-PP, um requerimento a solicitar informações sobre o anunciado Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate aos incêndios. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deram entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia, os pedidos de intervenção do público de Maria José Soto Freitas da Silva, Agostinho Quirino Gonçalves e de Rita Conceição Soares Vieira. ---

De seguida deu a palavra à **municípe Maria José Soto Freitas da Silva**, que justificou a sua presença pelo facto de que uma queixa sua, formalizada num processo que entrou na Câmara há já quatro anos, e que se prende com a utilização indevida do espaço público destinado a estacionamento, por parte de uma oficina mecânica, pintura e bate-chapas, existente no Caminho do Engenho Velho, nº 9. Disse ter conhecimento de que no dia 30 de setembro a Câmara e a Provedoria da Justiça tinham abordado esta situação, tendo estas duas entidades decidido pelo encerramento da dita oficina, a qual deveria também providenciar ao levantamento de tudo, incluindo as viaturas. Disse ainda que, pelo facto de a Câmara estar a demorar para resolver essa situação, o proprietário sente-se à vontade

para continuar e mesmo aumentar os abusos, tornando as condições de estacionamento para os moradores cada vez piores, dado que de momento, tem a trabalhar para si entre trinta a quarenta motoristas, que começam a trabalhar às seis horas da manhã, motoristas estes que também estacionam as suas viaturas pessoais, ocupando os espaços destinados aos residentes. Disse que é habitual as viaturas dos moradores que conseguem estacionar no local, aparecerem danificados, supostamente por ação de represália e intimidação levada a cabo por parte do proprietário da oficina. Referiu que para agravar a situação, além da oficina em questão, o proprietário abriu uma outra, junto ao posto de abastecimento de combustível, situado em frente da Ford que ocupa o espaço todo, inclusive aquele destinado aos peões, que se vêm impedidos de utilizar os passeios, que estes estão partidos e danificados devido às viaturas pesadas que lá estaciona, constatando e questionando a parcialidade por parte da PSP, que autua as viaturas dos residentes, se lá estiverem estacionadas, o mesmo não acontecendo quando as viaturas da oficina estão irregularmente estacionadas. Questionou a Câmara no sentido de saber, por que razão não resolve e acaba de vez com esta situação, causada por esta empresa que é clandestina e que prejudica todos os residentes à sua volta.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues** para prestar os devidos esclarecimentos à munícipe interveniente. Este respondeu que não tinha havido evolução entre a resposta que lhe tinha sido dada no dia anterior na reunião de Câmara, que o processo encontra-se a decorrer no Departamento Jurídico, cumprindo os trâmites normais neste tipo de situação, e que está confiante de que a conclusão será o encerramento coercivo da empresa em questão. -----

Sobre o estacionamento ilegal, disse que este não é da responsabilidade da Câmara. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao munícipe **Agostinho**

4  
Pauzelher

**Quirino Gonçalves**, que apresentou-se como ex-bombeiro dos Municipais, onde trabalhou durante trinta anos. Disse que o motivo do seu pedido de intervenção era pelo facto de que em 1 de dezembro de 2013, ter pedido uma audiência ao Senhor Presidente da Câmara, pedido esse do qual nunca obteve resposta. E que o assunto que pretendia abordar nessa audiência, se prende com uma homenagem prometida pelo Senhor Presidente, ao bombeiro voluntário mais antigo da Região Autónoma da Madeira, durante a qual haveria uma festa promovida para o efeito, e que o referido bombeiro seria agraciado com uma medalha -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para esclarecer o munícipe interveniente, tendo aquele confessado alguma dificuldade em poder dar uma resposta clara às questões colocadas. Alegou que, como no pedido de intervenção constava um assunto do Pelouro da **Senhora Vereadora Madalena Nunes**, que lhe passava a palavra para prestar o esclarecimento devido. -----

Dada a palavra à **Senhora Vereadora Madalena Nunes**, esta referiu ter ficado perplexa com a intervenção do munícipe, isto porque recebeu o Senhor Agostinho Quirino Gonçalves, para falar sobre um Senhor Florentino Jesus, mas que durante a intervenção, não existiu nenhuma menção a essa pessoa. Que embora não tenha percebido muito bem o que é que o Senhor Agostinho Quirino Gonçalves queria mencionar, mas dado que falou muito sobre atribuição de medalhas, explicou que o referido senhor tinha recebido as medalhas da Câmara a que tinha direito, como qualquer funcionário da Câmara tem, e que eventualmente talvez o Senhor Agostinho Quirino Gonçalves estivesse a referir-se e a confundir com as medalhas atribuídas pela Liga. Que as medalhas atribuídas por esta instituição é feita por proposta do Comandante dos Bombeiros, e na altura em que o Senhor Florentino Jesus exerceu funções, o Comandante dos Bombeiros era o Comandante Coimbra, que à época, não o incluiu na proposta. Que assim sendo, neste caso, nem o

atual Comandante poderá atribuir-lhe alguma medalha, dado que a competência para o fazer era do Comandante da altura em que o Senhor Florentino Jesus exercia as funções de bombeiro. -----

--- De seguida foi dada a palavra à **munícipe Rita Conceição Soares Vieira**, que interveio em representação de um grupo de voluntários da causa animal. Disse que “o objetivo da sua presença, era expor as preocupações e ideias do grupo sobre a causa referida, assim como, solicitar algum apoio, o possível, por parte da Câmara. -----

A Senhora mencionou a preocupação do grupo pelos animais de companhia, informando a Assembleia que prestam voluntariado cuidando de cães e gatos domésticos, mas que também têm referenciadas, várias matilhas de cães e colónias de gatos espalhados pela cidade. Que existem gatos e cães, que apesar de serem companhia de pessoas idosas, estão doentes, têm sarna, pulgas e carrapatos, e este grupo de pessoas ao ter conhecimentos destes casos, o que fazem é, tratar e cuidar destes animais, a maioria das vezes, com verbas pessoais. -----

Que além disso, recebem pedidos de ajuda de pessoas com animais, no sentido de os tratarem ou cuidarem, pessoas essas, que têm carências económicas, ou ainda de pessoas idosas ou com outro tipo de dificuldades. Então, as pessoas deste grupo vão ao local, trazem os animais, são tratados e cuidados, sendo depois entregues, saudáveis aos seus donos. -----

A Senhora expôs a preocupação do grupo que representa, no que concerne àquilo que considera de reprodução descontrolada de gatos de rua. E propõem à Câmara que tenha uma atuação mais empenhada no plano de esterilização e castração desses animais. A seu ver, é a única forma de conseguir o controlo, e explicou que, por exemplo, uma colónia que tenha 10 gatos, se 5 forem gatas, em pouco mais de meio ano, em vez de 10 gatos, a colónia passa para 30 ou 40, e é preciso começar de novo outra vez. -----



Paulo Baltazar

E é nesse sentido que pedimos apoio à Câmara nos custos com a esterilização e castração destes animais, apostando numa grande sensibilização, principalmente nas escolas e nos lares de idosos, contra o abandono desses mesmos animais. Propomos também, a formação de uma equipa que possa ir às escolas e aos diversos Centros, para informar e educar a população das noções básicas de como educar e tratar de forma correta, um animal. Finalmente, solicitamos algum apoio no custeamento da alimentação destes animais". -----

--- Com a anuência do **Senhor Presidente da Assembleia**, o **Senhor Presidente da Câmara** passou a palavra à **Senhora Vice-presidente Idalina Perestrelo** para prestar os devidos esclarecimentos, que disse que a vereação tem conversado muito sobre este assunto, nos últimos tempos e tem tentado resolver os problemas. Que o executivo tem vindo a dar passos que entende terem sido bastante positivos na causa animal. Que obviamente há um trabalho que não foi feito durante muitas décadas e que agora começamos a fazer e que vai levar também o seu tempo. -----

Mas indo concretamente às questões, colocadas pela Senhora, em relação às esterilizações, referiu que, "a Câmara tem um protocolo com a AMAW, tem o centro de recolha de animais, o canil do Vasco Gil, que também tem feito o seu trabalho no que diz respeito às esterilizações. Com certeza ainda está longe daquilo que gostaríamos, e por isso estamos a apostar no centro de esterilizações que irá ficar na antiga Escola da Vaquinha, que o protocolo já foi aprovado em reunião de Câmara e dentro de poucos meses teremos o centro de esterilizações da antiga Escola do Faial a funcionar. Irá funcionar apenas para animais errantes e para pessoas carenciadas, pelo que penso que dará uma grande ajuda no que diz respeito à questão das esterilizações. -----

Sobre a sensibilização, nós temos vindo a fazer várias ações porta a porta por uma equipa do Departamento de Ambiente, no centro de recolha do Canil do Vasco Gil também temos

feito várias ações de sensibilização, temos ido às escolas, onde constatamos a reação muito positiva das crianças, até porque, por vezes levamos dois ou três animais, o que desperta a atenção das crianças para estas questões. -----

Temos feito outras campanhas de sensibilização, nomeadamente em relação aos dejetos e outras ações. -----

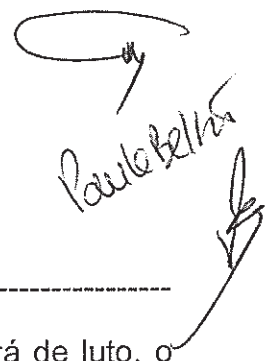
No que diz respeito à questão da alimentação, temos vindo a apoiar alguns voluntários com alimentação para os animais, através do Canil do Vasco Gil, e falo neste Canil, porque está também encarregue de levar a cabo várias ações e outros apoios. Também há uma outra situação em ponderação, sobre um determinado pedido de apoio, que deverá ser executado até o dia 31 de agosto". -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deram entrada duas propostas por parte do grupo municipal do CDS-PP, em que uma consiste num Voto de Pesar pela tragédia de Pedrógão Grande e uma outra que consiste numa Proposta de Recomendação à Câmara para ser entregue um Diploma por Mérito Desportivo no Dia do Concelho do Funchal ao **Senhor João Inácio Faria**. -----

Pelo que foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Gonçalo Nuno Pimenta Camacho**, do CDS-PP, que expôs, "Não há muito a dizer sobre a proposta apresentada de um voto de pesar, pela tragédia de Pedrógão Grande, apenas concordar que é o mínimo que poderemos fazer do ponto de vista institucional, nesta Assembleia Municipal. Estarmos solidários numa causa que diz respeito a todos, porque somos todos Portugueses. -----

Tal e qual como a nossa Nobre e Leal Cidade do Funchal há um ano atrás, que foi avassalada pelos incêndios, achamos que também devemos assumir um comportamento de solidariedade, visto que as instâncias políticas nacionais e regionais foram unânimes no sentido de unirmos esforços numa perspetiva de cooperarmos com a tragédia em Pedrógão

Paulo Beltrão

Grande. -----

Este é um exemplo que de facto Portugal ainda está de luto, a Madeira está de luto, o Funchal está de luto. -----

Os madeirenses ainda têm muito presente o sentimento da perda, da dor e do sofrimento, por isso proponho que após o Voto de Pesar façamos um minuto de silêncio por todas as vítimas que foram avassaladas e assoladas com a tragédia do dia 17 para 18 de junho do corrente ano". -----

Relativamente à segunda proposta, disse: "É de facto o mérito e o reconhecimento de um cidadão, de um homem, de uma pessoa, de um elemento que de facto muito deu a este concelho nomeadamente na área do Desporto. -----

Pois são mais de 70 anos de ligação ao desporto com 83 anos de vida. Num percurso que nos obriga a recuar décadas, quando na qualidade de atleta foi por 12 vezes Campeão Regional de Ténis de Mesa. Representou a Madeira várias vezes no plano nacional. Foi, depois, futebolista, mas deixou patenteada a sua habilidade em outras modalidades. -----

Fundou o Clube Desportivo Flecha, projeto que viria a ser incorporado no Clube Desportivo 1º de Maio, de que foi um dos seus mais ilustres dirigentes durante três décadas, desempenhando vários cargos na Direção, até atingir a presidência do Clube. É atualmente presidente da Assembleia-geral do 1º de Maio. -----

João Inácio Faria, tem um percurso irrepreensível no desporto mas também nas áreas do Associativismo e da Cultura. É presidente da Assembleia-geral do Grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova e, ao nível profissional, contribuiu para o prestígio e papel fundamental dos Técnicos Oficiais de Contas. -----

Homem notável, gerador de consensos por onde passou, de uma sabedoria e conhecimento muito particulares, respeitado e respeitador, é daquelas figuras que costumamos dizer que fazem parte da História das cidades e das suas coletividades. -----

Serviu as instituições, deu-lhes prestígio e delas nunca se serviu. -----

Mais do que justo e merecido, o Diploma de Mérito Municipal Desportivo da Cidade do Funchal atribuído a João Inácio Faria é um ato de justiça para com um Homem exemplar, de valores sólidos e nobreza de carácter, dirigente notável, que prestou relevantes serviços à “Mui Nobre e Leal Cidade do Funchal” e às suas instituições”. -----

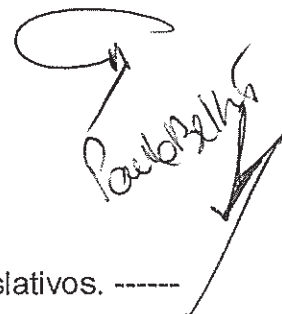
**- INSCRIÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira, do GMM** relativamente aos votos apresentados pelo CDS-PP disse que “é óbvio que este grupo municipal está solidário com a população portuguesa, tal qual como foram solidários connosco o ano passado. -----

Relativamente ao voto ao Senhor João Inácio Faria, sendo este, pessoa de São Gonçalo e já agora queria fazer um correção que o mesmo não foi fundador do 1º de Maio, porque este clube tem 80 anos e o senhor 83. Foi sim atleta desde os 13 anos, esteve em todos os cargos da direção do 1º de Maio. Mas devo dizer que também estamos de acordo com essa proposta, porque o Senhor Inácio Faria é realmente das pessoas relevantes da Freguesia e, devemos dar relevância às pessoas enquanto estão connosco e não em título póstumo”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisabete Mendonça Andrade, do PPD/PSD** na sua intervenção, referiu que “na última vez que estivemos aqui reunidos eu referi-me nomeadamente às Casas do Povo e por uma má utilização de linguagem, houve quem entendesse que eu estava a chamar “lixo” às Casas do Povo. -----

Eu não gosto desses mal entendidos e eu quero que toda a gente aqui saiba que eu continuo a sonhar com um País administrativamente menos embaraçado e mais limpo, foi por isso que eu me referi a “lixo”. É evidente que as Casas do Povo muito têm feito pelas pessoas deste País e por este País. Acho é que as Juntas de Freguesia deviam fazer o que



as Casas do Povo fazem, mas estão impedidas de tal, por impedimentos legislativos. -----

Eu acho que a nossa organização administrativa deveria de estar muitíssimo mais simplificada, deveria de ser toda ela municipalizada, os autarcas que são eleitos deveriam de ter a liberdade de poder exercer as competências que possuem, mais aquilo que as Casas do Povo fazem, porque não há justificação nenhuma para que haja duplicação de esforços, quando o objetivo é o mesmo. -----

E a propósito desta intervenção do que se passou em Pedrógão Grande, eu também continuo sem perceber porque é que as Forças Armadas não integram Bombeiros, e a Proteção Civil. Porque é que há empresas que são donas de aviões que têm que ser pagos para apagar fogos, quando a Força Aérea o poderia ser? Continuo a não perceber porque é que há empresas público-privadas de telecomunicações, quando isso tudo deveria estar integrado no nosso Exército e na nossa Proteção Civil. -----

Isto deve de ser um desígnio nacional, deve de fazer parte do Estado e deve integrar todas as forças militares e militarizadas, sob o mesmo comando para a nossa Proteção Civil, porque esta é muito abarcante e não pode estar entregue a empresas público privadas". --

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** disse em relação ao Voto de Pesar acima referido que, " acho que todas as homenagens às vítimas que foram assoladas pelos incêndios de Pedrógão Grande serão poucas para esta catástrofe que assolou Portugal. -----

No verão passado nós sentimos bem isso porque também fomos assolados pelos incêndios e ainda está viva na memória essa catástrofe e sentimos muito bem este momento de dor e de perda. -----

Gostaria de referir que esta é uma questão que não pode sofrer qualquer aproveitamento político, é uma questão supra partidária que nos une a todos, aliás não é por acaso que na reunião do executivo todos os partidos deram as mãos e aprovaram também um voto de

pesar e, gostaria de dizer também que com estas catástrofes nós vamos aprendendo e foi extremamente importante que o executivo camarário do Município do Funchal transformasse os Bombeiros Municipais em Sapadores, que houvesse um investimento significativo nos meios municipais e noutros bombeiros, que surgiu uma novidade, que é a criação dos núcleos comunitários de defesa civil que dotam os cidadãos de meios e competências para ajudarem nos momentos de catástrofe. -----

Logicamente que vamos aprovar o Voto de Pesar e vamos também participar no minuto de silêncio. -----

Uma outra sugestão, até por respeito à pessoa que o CDS-PP propôs para atribuição do Diploma por Mérito Desportivo no Dia do Concelho do Funchal, o **Senhor João Inácio Faria**, e para que o voto seja verdadeiro e vá ao encontro com a verdade dos factos, como referiu o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, Paulo Bruno Ferreira**, que o seu freguês que fora proposto para homenagem, se não foi realmente fundador do Clube 1º de Maio, que se corrija esse pequeno facto, para que com a verdade dos factos se possa homenagear de forma muito verdadeira e muito dignificante o munícipe **João Inácio Faria**". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlinda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** interveio, e pronunciou que, "em primeiro lugar em relação ao Voto de Pesar a Pedrógão Grande, só podíamos votar favoravelmente e de forma solidária para com todas aquelas populações que foram afetadas, nós que também fomos muito recentemente atingidos, existindo ainda feridas por sarar relacionadas com os incêndios de agosto do ano passado e, com toda a certeza mais à frente será necessário aprofundar um outro debate que ajude a prevenir agora esta época tão complicada que se avizinha. Mas este assunto, com toda a certeza na próxima semana teremos a oportunidade de o abordar. Em relação ao voto sobre a homenagem ao **Senhor João Inácio Faria**, só podemos votar favoravelmente. ---

Paulo Beltrão

Agora, entrando num conjunto de outras preocupações em relação ao período de antes da ordem do dia, há alguns assuntos que foram levados às reuniões de Câmara há cerca de 3 semanas e ficaram apenas registados nas atas e não houve qualquer resposta da parte do executivo. E tendo em conta que alguns deles até se arrastam de 20 de fevereiro de 2010, nomeadamente na Zona Alta de São Gonçalo, no Sítio das Pedras, em que na altura o nosso Vereador entregou um conjunto de fotografias de uma varanda que é necessário colocar junto a um ribeiro, o que é certo, é que na reunião em que essas questões foram colocadas, não há pelo menos em ata qualquer resposta a estas preocupações, nomeadamente a colocação de varandas no Sítio das Pedras. -----

Na Travessa das Furnas, e aqui convém registar a rapidez com que foi colocada a varanda junto a um poço de fuma que ali está camuflado por vegetação alta, e que acaba por estar a encobrir um perigo iminente de incêndio, bem como no Lombo da Quinta, onde há questões que eu reconheço e sei que é completamente impossível dar resposta a todas as preocupações dos nossos munícipes, mas era necessário ver as prioridades e depois se necessário for, nós fazemos juntar algumas das fotografias que nos foram feitas chegar. --

Uma outra questão que também queria registar, e sendo certo que na página da CMF é possível que os munícipes façam chegar um conjunto de reclamações, no que diz respeito às perdas de água, era necessário que sempre que possível e que houvesse uma denúncia ou uma participação à Câmara, de que num determinado lugar existe um derrame de água, a Câmara interviesse o mais rápido possível para que não contribua para o desperdício de um bem tão essencial. -----

Uma outra questão tem a ver com os poços de rega, da parte de alguns dos nosso eleitos na Freguesia de Santo António, que nos apresentaram essa preocupação, mais concretamente na Vereda do Miradouro no Lombo dos Aguiares, onde há um poço que é conhecido como o Poço da Levada das Amoreiras, em que a Junta de Freguesia, na altura

deu a indicação que tinha já feito uma comunicação à Câmara e tendo em conta não só a dimensão do poço, mas também todo o perigo que representa para quem ali reside, pergunto se a Câmara já tem, ou não, o levantamento de todos os poços de rega como exige o Decreto Legislativo Regional, que obriga a fazer esse mesmo levantamento, e que medidas é que estão previstas, tendo em conta que é necessário a existência de poços em locais estratégicos. -----

Por fim, gostaria de saber, se há alguma medida prevista para cobrir um poço situado na Entrada das Casas Próximas, em Santa Luzia, que está descoberto, e que tem alguns animais mortos lá dentro, e que é um foco potenciador do mosquito". -----

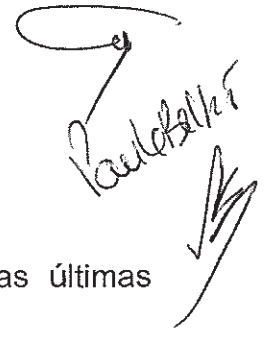
--- **O Senhor Presidente da Assembleia** quis prestar um esclarecimento, dizendo que, "para não haver equívocos, lembrou que ficou combinado, há já alguns meses na reunião de líderes, que havendo votos, recomendações e propostas entradas no período de antes da ordem do dia e para serem votadas, esses documentos serão numa primeira fase do PAOD, apresentados pelos respetivos grupos proponentes, sendo que as primeiras inscrições são atribuídas prioritariamente aos mesmos. Após essa apresentação todos os restantes grupos municipais inscrevem-se para abordar esses temas ou outros que acharem pertinentes. -----

Portanto foi isso que se fez. Eu dei a palavra ao **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** para apresentar as suas duas propostas, e depois se quiser abordar mais algum assunto poderá efetuá-lo numa segunda intervenção. -----

É essa a regra que tem sido aplicada em algumas Assembleias a esta parte, portanto para que não haja equívocos e mal entendidos tem sido este o procedimento normal. -----

Portanto os outros grupos fizeram inscrições subsequentes e abordaram os assuntos que entenderam pertinentes, o CDS-PP tem ainda 4 minutos, e pode intervir dentro desses 4 minutos abordando os temas que achar pertinentes. -----





É isto que está consensualizado e acordado e que tem sido seguido nas últimas Assembleias Municipais”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** retorquiu, dizendo que, “o período de antes da ordem do dia serve mesmo no sentido de discutirmos, analisarmos e fundamentarmos algumas questões que os grupos e os deputados municipais achem por bem vir a esta Assembleia”. -----

Depois continuou, “**Senhor Presidente da Câmara, o Grupo Municipal do CDS-PP** colocou um requerimento no sentido de falarmos na agenda do dia sobre a tão propagandeada em 2013 e ainda propaganda eleitoral do **Senhor Presidente da Câmara** em 2017, sobre o chamado Plano Municipal para a Floresta da nossa Cidade do Funchal. Ora, o **Senhor Presidente da Câmara** num debate, tentou desmistificar que o mal era do CDS-PP. Já estamos 4 anos depois da gestão camarária que V. Exa lidera, pergunto onde é que está esse Plano Municipal e se alguma vez o mesmo foi debatido? -----

O segundo ponto importante, é que nos parece que o **Senhor Presidente da Câmara** não conhece o Funchal do mar à serra. Ontem tivemos oportunidade de ir a uma zona em que o **Senhor Presidente da Câmara** em 2013, e depois dos incêndios, já referenciava com inquietação este assunto, em que admitiu que nos incêndios do Funchal, o talude no Caminho dos Tornos, na freguesia do Monte, era aquele que mais preocupava o **Presidente da CMF**. Ora, eu pergunto, um ano volvido, as populações ainda estão numa ansiedade à espera de resposta de V. Exa. Aquelas pessoas são funchalenses que moram e têm direitos, pagam os seus impostos, e esperam uma resposta de V. Exa. Estas pessoas vivem numa ansiedade tremenda e sabe o que é que acontece? É que quando acontecer alguma morte o Senhor Presidente da Câmara vai culpar o Governo Regional de não haver um Plano Municipal e que a Proteção Civil é que é a grande culpada de não existir um Programa de Proteção Social às famílias e às pessoas que lá vivem. -----

**Senhor Presidente**, ontem diagnosticámos, e está lá. O **Senhor Presidente da Câmara**, quando esteve com o **Primeiro-ministro** de Portugal na visita que cá fez, prometeu que seria rápido na consolidação dos taludes e das escarpas na Cidade do Funchal. Eu pergunto-lhe quando é que vai consolidar a escarpa no Caminho dos Tornos? -----

Relativamente a esta questão o CDS-PP é claro porque, até porque o candidato à CMF, **Rui Barreto**, já sublinhou no seu programa para a Cidade do Funchal, ir premiar através do IMI, os proprietários que cuidarem dos seus terrenos, garantindo assim a segurança da nossa Cidade. -----

**Senhor Presidente da Câmara** gostaria de saber se concorda com este chavão e com esta ideia lançada pelo candidato **Rui Barreto** à CMF? -----

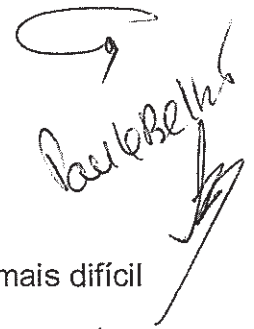
**Senhor Presidente da Câmara** a interrogação é sua: “Quantos mais hectares de floresta necessitam de arder?” “Quantas mais casas são necessárias arderem para que os agentes políticos...” -----

Em relação ao Parque Ecológico do Funchal, onde é que está o planeamento da reconversão e a reflorestação da Cidade do Funchal, que o **Senhor Presidente** prometeu aos funchalenses? -----

Termino com uma questão também importante, que é meio milhão de euros despendidos no novo software informático implementado na CMF. Será que havia necessidade de haver um concurso? Se o concurso está a ser lançado, por que razão só meio milhão de euros e não pode ser cem milhões ou cento e cinquenta milhões de euros? Porque é que não potencializa a Universidade da Madeira sobre esta questão de haver sinergias e protocolos com aquela instituição e com outras empresas sobre esta matéria? -----

Como é que está o levantamento por parte desta autarquia, sobre a questão dos pombos, que estão pondo em causa a saúde pública dos funchalenses”? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** interveio de



seguida, dizendo que, “nestes quatro anos, provavelmente esta é a intervenção mais difícil que eu terei de fazer na Assembleia Municipal, porque é uma intervenção que versa sobre um tema desconfortável e incómodo. Até porque conheço pessoalmente o **Senhor Presidente da Câmara**, já conhecia-o antes de ser **Presidente da Câmara** e é um assunto, que não pretendo partidarizar e politizar, mas é um assunto que tem que ser trazido à coação, faz parte das obrigações dos Deputados Municipais porque este esclarecimento tem de ser feito pessoalmente, tem de ser feito perante todos os funchalenses aqui representados pelos deputados municipais. -----

Eu tive o cuidado quando esta situação veio a público, e o Senhor Presidente que é um espetador assíduo do meu Facebook, como demonstrou na última sessão da Assembleia Municipal, de não me pronunciar sobre esta matéria porque entendo e sendo o meu partido, um partido com 40 anos de poder, várias vezes ao longo desses 40 anos foi vitimado por essas situações. -----

Mas, em política e quando se desempenha um cargo público estas situações podem acontecer e devem ser, sem qualquer tipo de receios, trazidas à coação. -----

Eu não vou cometer a indelicadeza nem a vilania de fazer qualquer julgamento de valor, por duas razões principais: primeiro porque eu não colaboro, não coadjuvo nem sequer dou a minha simpatia a acusações infundadas. Em segundo lugar, daí a minha dificuldade porque isto pode-se tornar num espetáculo desolador mas para que esse espetáculo não perdure no tempo há que fazer esclarecimentos, presumo que já saibam do que é que eu estou a falar. -----

O Senhor Presidente da Câmara foi acusado de corrupção, podia ser uma denúncia qualquer anónima da qual o valor seria absolutamente insignificante, podia ser uma acusação chamada atoarda, nervosa de um período de campanha. Mas essa acusação foi feita por uma pessoa independentemente daquilo que se possa pensar dela mas que

desempenhou um cargo público, que fez parte da sua equipa inicial, que esteve durante algum tempo no comando nos seus pelouros nesta Câmara, é uma acusação concreta, é uma acusação com factos que têm que ser apurados, eu não me vou pronunciar sobre a validade e a qualidade dos mesmos, não sou nem Ministério Público, nem Juiz, nem Magistrado, nem investigador para me pronunciar sobre isso, mas essa acusação foi feita por alguém interno, que fez parte desta equipa e remete-se a factos e a situações que ocorreram enquanto fez parte. -----

E a resposta que houve foi a publicação de um artigo no Diário de Notícias da Madeira, com a publicação dos supostos elementos que foram trazidos por quem fez a acusação, mas **Senhor Presidente da Câmara** e caro amigo **Paulo Cafôfo**, estas questões fazem-me lembrar uma vez algo que um médico desta praça, Dr. Herbes, me disse da analogia que ele fez para comparar os prejuízos de uma má alimentação e das consequências para o fígado, dizendo que o fígado era como uma esponja branca e se eu deitar óleo queimado na esponja branca, a esponja jamais voltará a ser branca. -----

E usando esta analogia, o que eu queria dizer é que a mancha enquanto não houver uma pronúncia e uma afirmação de viva voz do **Senhor Presidente**, a dúvida persistirá. Por muito, e aqui não tem nada a ver com politica nem partidos, tem a ver com as pessoas, e por muito que a gente se cale ou por muito que a gente deixe que a tempestade passe, nós temos que fazer alguma coisa. -----

E há a nossa honra, a nossa consciência, porque quem está de consciência tranquila não tem qualquer problema com esta questão e em reagir e fazer uma afirmação sobre as nossas intenções e vou-lhe dar um exemplo também relacionado com os 40 anos. Há uma pessoa, que eu acho que foi muito importante para a Madeira e acho que até as pessoas da oposição acham que ela foi muito importante para a Madeira, e que há 4 anos o Senhor Presidente inclusive se candidata contra os 40 anos de governo dessa pessoa, pois o

Raul Beltrame

Senhor Presidente apresentou-se como alguém que traria alguma mudança em relação à forma de governar dessa pessoa. Pessoa essa que entretanto o **Senhor Presidente** aprendeu a gostar e a admirar e independentemente de todas as situações com as quais o **Senhor Presidente** e muita gente não concorda, que se passaram nestes últimos 40 anos, há um aspeto fundamental que é a reação à difamação. E nas 856 páginas do livro por ele escrito, existem vastos exemplos de situações em que essa pessoa foi vítima de difamações de igual ou pior nível do que aquela que o **Senhor Presidente** foi alvo, e sempre reagiu. -----

O **Senhor Dr. Alberto João Jardim**, Presidente do Governo, sempre reagiu em conformidade levando os que que cometeram e fizeram essas acusações a Tribunal, esclarecendo tudo em Tribunal e ganhando sistematicamente os processos que colocou contra essas pessoas ou entidades. -----

Portanto, **Senhor Presidente** não é problema, vergonha, é inclusive uma marcação de posição, quando se tem razão, quando se tem a consciência tranquila, é até uma questão de honra pegar naqueles que nos acusam de forma vil e indelicada como aquilo que o **Senhor** pensará que aconteceu, e colocar essas pessoas no lugar próprio e esclarecer os assuntos. -----

Porque este esclarecimento não é para satisfazer os deputados do PSD, não é para satisfazer os militantes do PSD, é para descansar toda a gente. Ponha-se no lugar de um munícipe ou de um militante de um partido, quando alguém com as responsabilidades públicas, de liderança, independentemente do partido, sofre uma acusação destas e que não reage. É que não houve uma reação, **Senhor Presidente**, não é um artigo no Diário de Notícias que se pode considerar reação. Provavelmente a agência de comunicação que coordena a sua comunicação institucional, é contra essa postura mas deixe-me que lhe diga que, eu poderei estar completamente errado nesta minha acessão, não é não é um

problema, é sim uma vantagem, não é uma desvantagem, é uma marcação de uma questão de honra reagir e dizer aquilo que tem por dizer em relação a esta matéria, e diria mais, eu acho que a única forma desta mácula, porque repare, o **Senhor Presidente** há um ano, fruto daquilo que desenvolveu aquando da tragédia dos incêndios, qual era a imagem que tinha nos órgãos de comunicação social nacionais? Penso que era extremamente positivo. Veja depois desta acusação o que aconteceu, que eu volto a dizer, não faço fé nenhuma nela, porque até ver e de até a justiça dirimir este tipo de situações, o seu nome e por justa posição e por arrastamento o nome da Cidade do Funchal, aparece associado a corrupção, é desconfortável, é desagradável, mas eu sei disto porque nós durante 40 anos sofremos isso. Mas nos órgãos de comunicação escrita, nos órgãos de comunicação audiovisuais, nas rádios, nos media sociais, passou de uma coisa para outra. -----

Por isso pergunto muito diretamente, o que é que vai fazer em relação a esta acusação? - Qual será a sua postura? -----

É uma resposta perante a Assembleia? – É legítima. -----

É uma resposta nos Tribunais que será a forma mais imparcial de se resolver o problema”?

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** na sua intervenção referiu que “queria fazer uma pequena observação sobre a intervenção do Deputado Carlos Rodrigues e sobre esse **Senhor** que governou cerca de 40 anos e os processos que contra ele meti em Tribunal. -----

De facto esse **Senhor** tinha uma certa vantagem sobre todas as outras pessoas porque ele tinha dupla imunidade parlamentar, que ele utilizava para difamar toda a gente e nunca ser levado a Tribunal até sair do poder. -----

E mais, os processos que ele metia contra outras pessoas, eram muitas vezes pagos pelos cofres do Governo com pedidos de indemnização a ser recebidos pessoalmente, não só por ele mas por outros membros da governação e não ganhavam todos”. -----

Paulo Beltrão

--- O **Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente** disse que “é engraçado que a Assembleia Legislativa Regional é povoada pelo fantasma do **Senhor Professor Paulo Cafôfo** e aqui na Assembleia Municipal temos o **Dr. Gil Canha**, temos o **Dr. Alberto João Jardim**, estamos com os parlamentos um bocadinho assombrados. -----

Mas o que me traz a esta minha intervenção era sucintamente duas coisas: -----  
A 1ª era associar-me aos votos propostos pelo CDS-PP. Todavia quero fazer um pequeno reparo, que é, uma vez que foram apontadas pequenas imprecisões relativamente à biografia do Senhor João Inácio Faria, talvez convinha futuramente, uma vez que terá tanto conhecimento, sendo esse freguês de São Gonçalo, ser a Coligação o proponente desse voto e não o CDS-PP. -----

Também queria colocar uma questão, que é, saber se os utentes da Paria Formosa já têm disponível algum tipo de estacionamento, nomeadamente aquele que está junto à ETAR e que tem uma placa municipal, uma vez que já se iniciou a época balnear”? -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para tecer as considerações que achasse pertinentes. Respondeu dizendo, “**Senhora Deputada Herlanda Amado**, há aqui questões muito específicas que eu não tenho a possibilidade de lhe dar a resposta neste momento, e iria ao **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta Camacho** com questões que aqui foram colocadas e a primeira delas foi com a preocupação de todos nós com a questão dos Incêndios, da prevenção e de um Plano. Como o **Senhor Deputado** bem deve de saber aqui na Região não é possível, infelizmente, os municípios elaborarem o seu Plano Municipal na defesa da floresta e combate em incêndios. Essa é uma matéria que foi em termos de competência assumida pelo **Governo Regional** e não houve uma adaptação sequer a nível nacional para a **Região Autónoma da Madeira**. -----

No entanto isso não significa que não podemos fazer nada pelo facto de não haver o enquadramento legal que permita este Plano Municipal. Por isso, também penso que é do seu conhecimento, que está a ser elaborado o Plano de Gestão Florestal, que estará concluído e será apresentado no mês de julho e que contém algumas considerações e alguns parâmetros e metodologia subjacente ao espírito da lei a nível nacional, que será aqui no Funchal apresentado. -----

Quanto ao talude no Caminho dos Tornos, era importante sublinhar aquilo que já aqui hoje se falou, que é o de não fazer politica usando as pessoas, e eu gostaria que nesta matéria tão sensível como é a segurança, também não fosse feita. -----

Nós compreendemos todos os constrangimentos que este acesso trás às pessoas que ali vivem, mas uma coisa são os constrangimentos, outra coisa é a segurança. É preciso que se tome consciência, e penso que inclusive o **Senhor Vereador José Manuel Rodrigues** do CDS-PP tem esse conhecimento relativamente àquilo que foi feito no Caminho dos Tornos, e relembro então o que se passou. -----

Logo após os incêndios a CMF fez intervenções de limpeza em oito taludes da cidade do Funchal, foi um milhão de euros de investimento na segurança das pessoas, tendo em conta a aproximação do inverno e a perigosidade e risco que isso tinha para a rede viária e para as zonas habitacionais. -----

Um desses taludes foi precisamente o talude dos Tornos que se começou a limpar e constatou-se que ao contrário dos outros em que a limpeza também foi efetuada, aquele tinha uma instabilidade que ponha em risco as habitações que estão na parte inferior. E por essa razão nós solicitamos ao Laboratório Regional de Engenharia Civil, que deu um parecer a esta Autarquia, cujo conteúdo técnico diz: "nas atuais circunstancias o LREC não recomenda a reabertura do arruamento ao trafego viário sem que previamente sejam realizados os trabalhos de estabilização da escarpa vistoriada". -----





Ou seja, o LREC entidade credível e que nós recorremos, é contra a abertura daquele troço enquanto não se fizer a estabilização do referido talude. Essa estabilização tem de ser feita e nós, também como é do conhecimento público, aprovámos e adjudicámos em reunião de Câmara, um projeto no valor de 30 mil euros, que está a ser concluído para toda a estabilização daquele talude, cujo valor estimado é de 2 milhões de euros. Portanto aquilo que estamos a fazer é para o bem das pessoas, em que foi tentado fazer uma limpeza. Verificou-se que essa limpeza ponha em risco a estabilidade do talude e conseqüentemente, ponha em perigo pessoas e bens. Fizemos um projeto, e estamos em condições, com a conclusão do mesmo, de apresentar uma candidatura ao POSEUR no valor de 2 milhões de euros para toda a estabilização daquela escarpa. Porque como disse o **Senhor Deputado**, estão em jogo vidas humanas. Mas as vidas humanas que estão em jogo põe-se em risco se nós abrirmos e acontecer alguma desgraça. Aí de quem é a responsabilidade? É que todos os pareceres que nós temos, indicam que não é possível abrir aquele troço enquanto não se fizer a estabilização definitiva. -----

Relativamente ao meio milhão de euros que tem sido falado politicamente para o software informático, ou somos acusados de não fazer, ou somos acusados de fazer. É preciso ter em conta que no que diz respeito à modernização administrativa, nós temos dado neste mandato passos de gigante naquilo que são as respostas para os nossos municípios, numa eficiência e eficácia que deve de ter uma Autarquia. -----

A Loja do Município é um chapéu de um projeto de modernização administrativa no qual além da componente física, nós temos já a aquisição de software relativamente a todo o processo documental e fluxo de gestão documental da Autarquia. -----

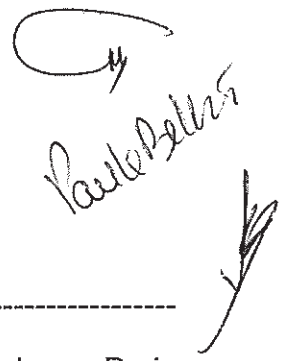
Há uma área específica da governação desta Câmara que é o Urbanismo, que é um assunto complexo para qualquer Autarquia. Os serviços da Câmara, nomeadamente os Serviços de Modernização Administrativa e o respetivo Departamento, conjuntamente com

o Departamento do Ordenamento do Território, fizeram um levantamento. Inclusive, técnicos desta Autarquia e de outras Câmaras Municipais a nível Nacional, onde chegou-se à conclusão do que é que era necessário para nesta área do Urbanismo podermos dar melhores respostas aos nossos municípios. -----

E desse levantamento, nós levámos a concurso um processo de aquisição, não só de software mas de todo o equipamento de digitalização e formação de todos os trabalhadores da Autarquia. Porque isto implica uma desmaterialização brutal de montanhas e montanhas de papéis. E não é possível, porque nesta matéria nem vale a pena inventar, de falar da Universidade da Madeira, porque nós temos, e tenho esse orgulho, de ter estabelecido com a Universidade da Madeira um protocolo que tem depois diversos capítulos, em que temos diversas ações de valorização da Universidade da Madeira, que nesta matéria não tinha capacidade. E por essa razão nós fomos adquirir em termos de necessidade, um modelo. E é isso que está neste momento em causa, o tão propalado meio milhão de euros, que é dinheiro investido e bem investido, numa Câmara moderna e ao serviço dos seus municípios. -----

Quanto aos tão supramencionados pombos, a **Senhora Vice-presidente** já teve a oportunidade de publicamente esclarecer, que os pombos são um problema na cidade do Funchal e nós estamos a usar os métodos necessários, nomeadamente através de contraceptivos para diminuir a população de pombos na Cidade do Funchal. -----

Quanto ao **Senhor Deputado Carlos Rodrigues** deixe-me lhe dizer que agradeço a sua preocupação com a minha pessoa e com a honra da minha pessoa, mas a única coisa que eu tenho que lhe dizer é que as afirmações que foram proferidas publicamente são falsas e caluniosas, mas há matéria que me distingue e disse muito bem, do que acontecia no passado nesta terra e do que acontece agora. E o que me distingue, é que eu não vou alimentar de maneira nenhuma, pessoas cuja intervenção pública não é construir mas é

  
Paulo Baltar

destruir, e é por isso que eu, efetivamente não respondo. -----

Quanto ao **Senhor Deputado Donato Macedo** e da questão que colocou sobre a Praia Formosa, à semelhança do ano passado nós vamos ter a funcionar nesta época de verão um parque que foi arrendado e começa a partir de hoje a sua abertura e vai até ao final do mês de setembro". -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Proposta de Recomendação à Câmara Municipal do Funchal do Voto de Congratulação com entrega de Diploma de Mérito Desportivo a João Inácio Faria, no Dia do Concelho do Funchal**, proposta pelo Grupo Municipal do CDS-PP, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo treze do GMM, treze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

Depois, também proposto pelo Grupo Municipal do CDS-PP, foi votado o **Voto de Pesar pela Tragédia em Pedrógão Grande**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo treze do GMM, treze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes, depois foi realizado um minuto de silêncio. -----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--- Entrando no período da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, que referiu, "neste período, gostaria de realçar aquilo que este Executivo tem realizado de relevante de uma forma sintética para depois podermos abordar aquilo que tem sido a nossa ação. -----

Gostaria de começar em primeiro lugar pela questão de obras e investimentos feitos por

esta Câmara Municipal. Como é do vosso conhecimento, e muito se fala na pavimentação das nossas estradas, eu gostaria de dizer que e já anunciei na última reunião a adjudicação que tinha sido feita sobre pavimentações, e que quero dar-vos conta daquilo que já está concluído ou em vias de conclusão. -----

Concluído está, o Caminho do Lombo dos Aguiares / Laranjal Pequeno, Caminho do Lombo Jamboeiro e do Terraço, Caminho do Galeão, Caminho da Alegria, Caminho da Terça, Caminho da Igreja, Estrada da Fundoa (Encontro São Roque / Rotunda da Fundoa). -----

E neste momento estão em curso, a Estrada Monumental e o Caminho do Lazareto. -----

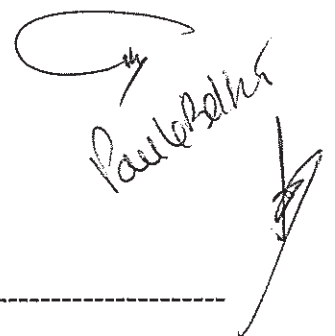
Para a próxima semana terá início o Caminho da Barreira / Encruzilhadas. -----

Também, no âmbito das intervenções e dos investimentos da Autarquia, e no campo de ação do Orçamento Participativo, que serviu e serve para este tipo de investimentos, temos já finalizado um dos projetos vencedores do referido Orçamento Participativo, o CARREGATE, que consiste no carregamento de aparelhos móveis cujos postos de carregamento estão já espalhados pela Cidade. -----

No que diz respeito a investimentos nas Escolas do nosso Concelho, está concluído e em funcionamento, um campo de jogos da Escola do Lombo Segundo em São Roque. A Escola não tinha nenhum campo de jogos e criamos ali uma estrutura de raiz para desportos, que está ao serviço da escola e também da população de São Roque, com a possibilidade de incrementar a prática desportiva. -----

Também o campo da Escola da Ajuda, foi completamente recuperado, num investimento de setenta mil euros. Está já concluído, e para além dos alunos é também muito utilizado por Associações para a prática desportiva. -----

Em termos de acessibilidades foi já adjudicado uma obra essencial, há muito tempo exigida pelas pessoas da Freguesia de Santo António, que é a ligação entre a Rotunda do Vasco Gil e o Caminho do Trapiche, no Boliqueime, com um orçamento no valor de quinhentos mil

  
Paulo Baltar

euros. -----

Foi também adjudicado o passadiço da Praia Formosa, entre o túnel da Doca do Cavacas e a Praia Formosa, no valor de oitenta mil euros e prevê-se o início das obras para breve. Remodelámos também o campo desportivo do Canto do Muro. Houve estruturalmente cedência dos terrenos de suporte, nós reparámos e pusemos aquele campo ao serviço das pessoas que ali vivem, no Bairro do Canto do Muro. É um equipamento que faz toda a diferença, até nos projetos que nós desenvolvemos naquele complexo habitacional camarário. -----

A Câmara também irá alargar a Travessa do Chão da Loba, na Freguesia de Santa Maria Maior. Há mais de 40 anos que aquelas pessoas vinham exigindo o alargamento daquele estrangulamento da Travessa do Chão da Loba. Não só vem facilitar quem ali vive, mas até por questões de segurança, de uma malha urbana muito estreita, vem garantir outras condições que não existiam. -----

Temos também já adjudicadas duas obras importantes e diferentes, uma no Caminho do Lombo, que implica uma rede de água completamente nova e a respetiva pavimentação, e na Freguesia do Monte, a ligação entre o Curral dos Romeiros e o Largo das Babosas, o Caminho Reverendo Padre Eugénio Borgonovo, um caminho pedestre que vai ser limpo e reposto o seu traçado do empedrado tradicional. -----

Na Educação, gostaria de realçar que realizámos mais uma Assembleia Municipal Jovem, dado que nós estamos inseridos na rede das Cidades Educadoras, somos pela UNICEF-Cidade Amiga das Crianças, e como tal, reconhecemos os seus direitos, e um deles é a participação e a envolvimento nas coisas públicas da Cidade. -----

Esta Assembleia Municipal Jovem teve a participação de diversas Escolas. É muito interessante ver a capacitação de miúdos, tão novos, já a construírem projetos, argumentarem e contra argumentarem, num debate político, tendo esta Assembleia o

mérito de atribuir um valor de dez mil euros para o projeto vencedor. -----

Após a votação, a Escola dos Salesianos foi quem ganhou, com o projeto intitulado, Vamos Ajudar o Canil do Vasco Gil. -----

Em relação aos manuais escolares, nós conforme compromisso político vamos atribuir manuais e material escolar gratuito, aos alunos do primeiro ciclo de todas as escolas públicas e privadas do Concelho do Funchal. São cerca de cinco mil e quinhentos alunos abrangidos, tendo este apoio um custo de duzentos e vinte mil euros. As escolas e a Câmara estão já a trabalhar nesse sentido, para aquilo que é um investimento na educação, e que está constitucionalmente consagrado, o de a educação ser tendencialmente gratuita. É uma aposta e um investimento que fazemos na qualidade da educação e também no alívio de encargos das nossas famílias. -----

Informo ainda que realizamos três contratos-programa. Um deles foi com o Clube de Futebol Carvalheiro para a construção de um sintético nas suas instalações. Após uma apresentação do projeto feito por este Clube junto da Federação Portuguesa de Futebol, no sentido de serem apoiados, garantiram o financiamento de 40%, sendo que a Câmara complementa com os outros 60%, no valor total de quarenta e cinco mil euros. -----

O segundo foi com o Clube Desportivo do 1º de Maio, e já agora associo-me ao voto de homenagem ao Senhor João Inácio Faria, uma figura emblemática deste Clube, homenagem que é muito merecida. Este Clube tem crescido muito, tem uma mística particular, mas o seu sintético já com dezanove anos e estava muito degradado. Esta Câmara colocou um sintético novo, um investimento no valor de cento e quarenta e cinco mil euros. -----

Também no que diz respeito a contratos-programa celebrados, nós fizemos um protocolo com a Paróquia de Santo Amaro, para a requalificação do salão paroquial, que está em estado bruto desde a construção daquela igreja, e que é usado para atividades da própria

*Carla Beliz*

paróquia, pelos escuteiros e pela escola do Tanque, um investimento no valor de setenta mil euros. -----

No que diz respeito à Causa Animal, nós temos um protocolo celebrado com a Associação AMAU por dez anos. Por outro lado a Escola do Faial que estava desativada foi completamente remodelada, num investimento de reabilitação do património municipal, para ali ser instalado um Centro de Esterilização de animais abandonados, mas que também dará assistência aos animais pertencentes a famílias que não têm possibilidades de esterilizar os seus animais. -----

No que diz respeito aos Mercados, já foi adjudicada uma obra de requalificação do Mercado dos Lavradores, no valor de cento e setenta mil euros, que incluem trabalhos de pintura em todo o edifício, de arranjos na parte estrutural do mesmo, reparação do espaço destinado às floristas, que está degradado, de toda a parte dos expositores, e de toda a área adjacente à porta de entrada do Mercado, que também será requalificada. -----

E sem ser na parte física do edifício, nós avançamos também com a Certificação de Qualidade do Mercado em matérias como a higiene e segurança alimentar, utilizando um serviço de consultoria na área agrícola, biológica de marketing de vendas, assim como, do aconselhamento de um personal planning, de modo a aconselhar os comerciantes sobre as adequadas técnicas de vendas e das boas práticas de higiene dos produtos, apoio importante que a Câmara dá aos comerciantes que ali desempenham a sua atividade. ----

Na reabilitação urbana, nós aprovamos a ARU, e esta Cidade teve pela primeira vez um plano estratégico de reabilitação urbana, resultando daqui duas vantagens; uma delas, é que vamos estender os benefícios fiscais da ARU por mais quinze anos, e a outra, foi a execução de um inventário e de um diagnóstico de todo o espaço edificado, num investimento previsto de setenta e um mil euros. -----

No âmbito da Cultura celebramos dois protocolos para dois festivais o A LESTE com doze

mil euros e o SUMMER OPENING com catorze mil euros. -----

E no Turismo três ações que considero importantes; uma delas, são os marcos de orientação e as pegadas urbanas da Cidade, uma matéria que politicamente é sempre referida devido à necessidade de termos na nossa Cidade forma de orientar os turistas para locais de interesse, onde constam as direções e o tempo estimado para atingir determinado sítio, e que é algo que tem sido, como tenho presenciado, muito utilizado pelos nossos turistas. -----

Outra das ações a nível de Turismo, é um novo mapa, completamente revisto, e que está associado a uma aplicação para telemóvel, USE-IT, destinado principalmente aos turistas mais jovens. -----

A terceira ação relacionada com o Turismo, prende-se com o apoio ao Rali Vinho Madeira cuja organização recebeu da nossa parte vinte e cinco mil euros, destinados à vinda de pilotos internacionais, que possam contribuir para que o Rali Vinho Madeira não perca posicionamento no âmbito dos Ralis europeus, naquela que é também a maior prova sócio desportiva da Região. -----

A nível social, é com muito gosto que anuncio que foi aberta a tenda solidária do Centro de Apoio aos Sem-abrigo, instituição esta que como sabem, dava alimentação na rua, que depois, e provisoriamente passou a fazê-lo no Mercado dos Lavradores, e agora noutras condições, bem melhores, está instalada no Auto Silo do Campo da Barca, onde já tem a funcionar a cantina. -----

Por último, e relacionado com os Recursos Humanos, comunico que foram abertas vagas para o quadro da CMF, além dos anunciados vinte e quatro Bombeiros para o Corpo de Sapadores do Funchal, temos trinta e quatro novas vagas, dois para Técnicos Superiores na área dos recursos Humanos, oito Juristas e vinte e quatro Assistentes Operacionais para a área do Ambiente". -----



Handwritten signature: *Paula Beltrã*

- INSCRIÇÕES: -----

--- A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU iniciou a sua intervenção dizendo “Antes de entrar concretamente no ponto, quero dizer que farei chegar por escrito todas as questões por nós colocadas tendo em conta a especificidade das questões que colocamos. Não deixou de ser curioso que já tinham sido colocadas em anteriores reuniões de Câmara, mas mesmo assim há mais de um mês, algumas delas, ainda não obtiveram resposta, e nós faremos chegar por escrito e aguardar que atempadamente essas mesmas questões tenham resposta. -----

No que diz respeito a este ponto quero deixar aqui também uma preocupação, o Senhor Presidente da Câmara de alguma forma falou de algumas zonas e acessos que estão a ser intervencionados, foi-nos colocada uma preocupação de saber se há ou não alguma coisa prevista para o Caminho do Trapiche de Baixo, abaixo da Casa São João de Deus, porque aquele troço que vem dar até à Casa Branca está num avançado estado de degradação. - No caso da Casa Branca foi feita uma limpeza acerca de 15 dias no ribeiro da Casa Branca, e algumas das pessoas que ali residem colocaram como preocupação o facto de todo aquele canal e matagreira que estava a ser depositado no leito da ribeira e que quando confrontado um dos funcionários que lá estavam, não sei se essa limpeza era da responsabilidade da Câmara ou da Junta de Freguesia, se iria ser removido o lixo acumulado no leito da ribeira e foi respondido que iria ser lá deixado, acho um pouco estranho tendo em conta que muito daquele canal já estava seco, e depois não só pela perigosidade de incêndio mas também toda a gente se lembra do que aconteceu em 2010 nesse mesmo ribeiro. -----

Depois em relação às Hortas Urbanas deste nosso primeiro ponto, há uma questão que foi colocada sobre um levantamento que foi feito às Hortas Urbanas abandonadas, como não é referido nenhum número relativo às mesmas é ou não possível identificar quantas são? -

Se em relação aos munícipes que estão inscritos também é possível dar alguma informação? E se as pessoas da zona das hortas situadas junto às obras que estão a ser efetuadas na Quinta Falcão, terão direito a outro espaço para continuar o cultivo? -----  
É com satisfação que vejo que finalmente em relação à sinalética do Mercado dos Lavradores está colocada, contudo existe uma preocupação para que na recuperação do mesmo não se perca a sua principal traça, pois esta é também uma outra atividade turística do Mercado”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** interveio dizendo que, “Nós ao lermos o Relatório, interpretamos de uma forma positiva algumas questões, mas nomeadamente naquele grande chavão que o Senhor Presidente da Câmara falava que é o Fundo de Investimento Social, gostaríamos de recomendar que tal como fez ao Projeto Câmara à Porta, que num futuro relatório retirassem o PRESERVA porque é lamentável estar esse Projeto que foi tanto badalado e publicitado na realização de obras de preservação e beneficiação de habitações degradadas e agora observamos que aparece com zero. -----

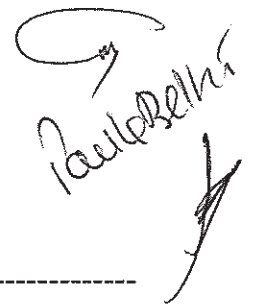
Outra observação que achamos pertinente, gostaríamos de saber o ponto da situação do investimento e da obra no sítio das Lajinhas na Freguesia do Monte? -----

Outra questão, tem a ver com o Conselho Municipal de Juventude, foi dito no CMJF, desde a minha retirada do mesmo, que o orçamento da CMF iria prever dez mil euros para a atividade desse mesmo Conselho. Ora com grande espanto verifico que os dez mil euros foram utilizados numa iniciativa do Parlamento Jovem, pela voz do Senhor Presidente. ----

Gostaria de saber se de facto tem havido articulação com a nova Comissão Permanente do Conselho Municipal de Juventude? -----

Quantas reuniões é que já foram feitas com a Comissão Permanente e com o CMJF? ----

Se eventualmente tem articulado essa política de Juventude com os membros da Comissão



Permanente? -----

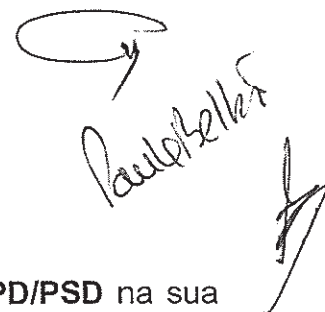
E saber mais em concreto aquilo que a Senhora Vereadora tem vindo a fazer no CMJF. --  
Por último faço uma questão relativamente à ARU, do requerimento que já deu entrada e que o Senhor Presidente disse-me que iria dar resposta sobre o mesmo, que é o inventário que foi feito na Cidade do Funchal, em que nós questionámos concretamente nesta Assembleia, para saber quantos edifícios públicos é que estariam eventualmente edificáveis, dentro da ARU do Funchal. -----

Nós entregamos o requerimento ao Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara disse que iria dar resposta a curto prazo ao Grupo Municipal do CDS-PP e ainda aguardamos essa resposta desse mesmo requerimento”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** interveio de seguida, para dizer que, “Já sabemos que a estratégia do Senhor Presidente, emanada dos seus consultores de comunicação, é a da célebre e famigerada estratégia da avestruz, meter a cabeça dentro da terra e não comentar nem responder aos assuntos que nos incomoda. -----

Mas há um assunto que eu tenho que trazer aqui, que faz parte da atividade da Câmara e que até há data não tivemos qualquer resposta, não podemos ficar sem resposta como os casos em que é acusado de corrupção e não comenta, da acusação de não convidar as instituições e entidades para inaugurações, como por exemplo da Loja do Múncipe, não comenta porque é que a Câmara contrata artistas ao dobro ou triplo do preço de Câmaras do Continente, sabendo ainda mais da sensibilidade que é um assunto destes, porque a contratação de artistas é a única área, o único bem e serviço que uma Câmara em qualquer ponto do País não pode definir limites nem pode pedir três propostas, porque se quer contratar a Ana Moura, não pode pedir três propostas de preço à Ana Moura, ela pede um caché X e pronto. Portanto é o perigo de ser uma área em que as Câmaras Municipais

podem definir quase, com o artista e com os intermediários, que preço querem comprar. --  
E o Senhor Presidente não comenta estas áreas sensíveis da gestão da Câmara, nada ouvimos da sua palavra. -----  
É uma estratégia que não acho que seja nem minimamente democrata nem minimamente sequer angariadora e agraciadora da sua imagem, mas é a sua e fique com ela. -----  
O assunto que eu vou aqui levantar tem que ver com a revisão do PDM da Cidade do Funchal. Uma das maiores críticas que toda a oposição sempre fez a todas as Câmaras, não só a do Funchal, é de que nunca mais saía uma revisão do PDM. Ora bem, passados quatro anos, e isto é um facto, não é a minha opinião, esta Vereação e o Presidente da Câmara Paulo Cafôfo, não vai ter no seu mandato uma revisão de PDM feita. Os prazos não o vão permitir. Na fase em que está a atual revisão, não é possível, até ao dia das eleições, ter um novo PDM da Cidade do Funchal. -----  
Isto é um facto, e a primeira pergunta que se faz é, porque sendo uma das críticas que fez, e estando já o PDM numa fase de discussão pública quando aqui entrou, porque é que achando que era urgente que houvesse um PDM, passados quatro anos não vai fazer a revisão do PDM e eventualmente se não vier a ser reeleito não fará de todo essa revisão?  
A segunda pergunta, e porque nos parece claro que esta questão do PDM poderá estar a ser programada e a ser incluída na estratégia de campanha das eleições, ou seja, não no interesse da Cidade, não no interesse dos prazos urgentes que possa ter uma revisão de PDM, mas sim nos *timings* que possam interessar à sua Coligação e à sua campanha, a pergunta que se impõe é se vai ou não lançar ou dar continuidade ao processo de revisão do PDM, com a abertura da discussão pública, que julgo eu, será a fase que se segue pela informação que com o Grupo Municipal obtemos. -----  
Se vai lançar, em que dia o fará, em que mês se iniciará, se será antes das eleições e quando é que o será? -----

  
Paulo Belles

--- A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva, do PPD/PSD na sua intervenção disse: " Senhor Presidente da Câmara, quando fez a apresentação do Relatório de Atividades falou de várias áreas, porque o mesmo agrupa várias áreas e entre essas falou do Turismo. É verdade que é aquilo que gera riqueza, é neste momento o que movimenta a nossa economia, Portugal está na moda, os turistas chegam de várias partes e nós somos um Povo bastante hospitaleiro, um grande País com comida, sol, gente simpática e lugares bonitos para visitar e a Madeira obviamente por tradição também é um lugar turístico e portanto não poderia fugir a esta regra e ainda bem para todos nós. -----

A preocupação com o Turismo não passa só pela sinalética Também é importante a existência de unidades hoteleiras de topo, aliás sempre foi esse o nosso objetivo, o de ter um Turismo diferente daquele que Canárias tem, por diversas razões, mas também é importante a questão da limpeza e nós e vários outros Grupos Municipais e também Vereadores nas reuniões de Câmara, temos apontado a pouca limpeza da Cidade do Funchal. E não é só uma questão levantada por pessoas ligadas à política, são vários munícipes, alguns deles sem ligações partidárias que aqui vivem e que se acostumaram a uma urbe limpa, desde sempre, e que neste momento ao longo do seu mandato reclamam da pouca limpeza da Cidade. Ao nível dos passeios, ao nível dos jardins, ao nível das estradas. Não sabemos ao certo o que é que se passa. A Câmara é a mesma, os funcionários são quase todos os mesmos, e portanto alguma coisa se está a passar para muita gente falar da mesma coisa durante muito tempo. -----

E eu queria particularmente apontar esta questão que é a de um munícipe que esta semana, no dia 26 de junho, na promenade, que é uma zona bastante visitada por Turistas e pelos munícipes que cá vivem, fez a sua caminhada habitual desde o Centromar até à rampa da Ponta Gorda, filmou e tirou fotografias daquilo que é matagal ao nível da Promenade do Lido. E não é vegetação pequena, baixa e verde, é matagal alto e seco que revela que já

lá está há algum tempo para além do lixo acumulado. -----

Vai-me dizer que a questão da parte do lixo é uma questão de educação e de civismo, tem toda a razão, mas existindo compete à Câmara zelar pelos espaços que são da sua competência, ainda que haja pouca maquinaria e poucos recursos humanos. -----

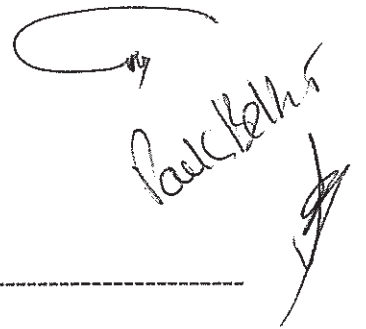
Mas é como digo, eu vi as imagens, vi o vídeo e a vegetação que lá existe de mato, é grande e seco. Portanto aquilo que foi sistematicamente desvalorizado nesta Assembleia Municipal, os alertas feitos pelos Deputados Municipais das diversas bancadas relativamente à limpeza, se calhar não seria de desvalorizar. -----

Outra questão que também tem a ver com a limpeza e com as hortas urbanas tem a ver com o abandono. -----

Nas Hortas Urbanas em Santo António que são abastecidas pelo Poço das Freiras, na semana passada, dia 21 de junho, um freguês daquela freguesia dirigiu-se a mim e disse que há nove dias ninguém tinha água para abastecer aquelas hortas, porque o lodo que está acumulado naquele poço juntamente com as canas e o silvado, entope o cano que abastece aquelas hortas e as pessoas ficam com pouca ou nenhuma água para regar aquilo que plantam. -----

Sistematicamente telefonam para a Linha Ambiente e algumas vezes alguém vai lá e retiram o lodo, mas a intervenção de fundo para poder terminar com aquele problema que poderia passar eventualmente com alguma canalização para o ribeiro, não foi feita. -----

Portanto o abandono das Hortas pode ser por algum desinteresse, porque de início houve um grande entusiasmo por parte das pessoas em relação às mesmas, mas quando o problema passa a ser uma questão de abastecimento em que sistematicamente os fregueses telefonam para a Linha Ambiente e não há uma resolução de fundo, é preciso equacionar a sério, pegando um pouco naquilo que a Senhora deputada Herlanda Amado referiu, e ver o que é que se está a passar nas Hortas Urbanas. Julgamos que pelo menos

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Beltrão', is written in the top right corner. Below the signature is a large, stylized scribble or flourish.

dois anos de mandato é suficiente para fazer esse diagnóstico. -----

Continuando vou falar em relação ao Lido, porque o Lido é emblemático para a maioria dos munícipes, e agora que o mesmo reabriu, foi aqui perguntado numa reunião de Câmara no dia 11 de maio de 2017 pelo Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, pela aproximação da época balnear, que já começou, se o relatório final sobre o Complexo Balnear do Lido já estava concluído e se já fora colocado o piso anti derrapante, e o Senhor Vereador Miguel Gouveia respondeu que a colocação do referido piso foi solicitado à empresa que realizou a obra e que deu origem à existência de um litígio entre a referida empresa e a Câmara pelo facto de não assumirem o cumprimento com o estabelecido no Caderno de Encargos. Foi solicitado um parecer ao LREC a fim de demonstrar que a obra executada não cumpre o Caderno de Encargos de forma a acionar a garantia bancária. A questão está a ser analisada mas a Autarquia irá avançar com a obra antes da época balnear. -----

Primeiro, as obras têm uma fiscalização quando estão a ser executadas, se algo não está a ser cumprido de acordo com o Caderno de Encargos a entidade adjudicante pode atuar de imediato, um aparte. Depois desta questão gostaria de saber se efetivamente já existe esse relatório final? Se esse litígio por ventura já foi resolvido? E se não, se já foi colocado o anti derrapante? -----

E como sou frequentadora daquele Complexo verifiquei que temos piso manchado, e descascado, paredes descascadas, placa à volta da piscina grande removida, o piso continua a escorregar, a rampa onde descem as ambulâncias é praticamente impossível as pessoas a subirem porque escorregam. E portanto é urgente retificar o que está mal, porque a época balnear já começou, é preciso olhar para o Lido de outra forma porque o Lido foi uma bandeira e das primeiras obras inauguradas com pompa e circunstância, inclusive a placa lá está para a posteridade com o nome do Senhor Presidente da Câmara, e se houve esse carinho tão grande com o Lido, o carinho deveria permanecer ao longo da

sua existência, enquanto for Executivo Camarário. -----

E outra questão, o Lido está praticamente reduzido à zona da piscina grande, vão dizer que o projeto não foi iniciado convosco, correto, mas já têm alguma experiência ao vosso comando a existência do Lido aberto, o Lido está reduzido à área da piscina grande e do Bar. Por toda aquela zona, até à parte nova que está fechada, não tem ninguém com toalhas estendidas porque o acesso é complicado pela rampa, porque não tem uma casa de banho de apoio, porque não tem um Bar desse lado. As crianças que usam a piscina pequena, se têm que ir à casa de banho, têm de atravessar toda a praia do Lido. É impraticável! Se calhar é preciso repensar e analisar o Lido e ver o que é que é possível ainda fazer para que estas anomalias sejam corrigidas de alguma forma. Não vale a pena remeter isto para o PSD. De uma vez por todas, são V. Exas que estão no Executivo Camarário, têm que assumir essa responsabilidade e mais uma vez não tem mal nenhum assumir que é preciso emendar a mão quando as coisas são feitas por nós. É melhor isto do que simplesmente ignorar e remeter para relatórios finais e para resoluções de litígios e para perguntar ao LREC se deveremos acionar a garantia bancária para fazer a reposição do piso. -----

V. Exas não vão ao Lido? Então têm lá um colaborador da Frente Mar Funchal que é Deputado Municipal nesta Casa que vai à Praia do Lido e não vê o mesmo do que eu? Gente a reclamar e a cair na Praia? É preciso perguntar ao LREC se têm que acionar a garantia bancária para repor o piso? Então porque é que não atuam? -----

Frequentem as vossas infraestruturas, usem, vejam, analisem, estejam atentos ou então o Deputado Municipal que lá está variadíssimas vezes que vos informe, e se vos informa e nada é feito, pior ainda nem os seus vocês ouvem. -----

A outra questão que queria colocar é em relação aos manuais escolares, muito bem, abrange um total de cinco mil e quinhentas crianças. Ótimo! Continuamos e devemos ter





sempre uma preocupação social em relação aos nossos munícipes. O Governo regional em relação a toda a Região e os governantes ao nível do País. Infelizmente temos gente que não tem uma vida digna porque não tem condições para viver do ponto de vista financeiro para aceder a tudo aquilo que a maioria de nós que está aqui dentro acede, suponho eu. -----

Em relação a estes apoios aos manuais escolares eu vou começar logo pelos considerandos que diz assim: “Considerando que a al. d) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, regime jurídico das Autarquias Locais Municipais das entidades intermunicipais e do Associativismo Autárquico, concede aos Municípios atribuições no âmbito da Educação”. Penso que não era preciso esperar pelo Orçamento de 2017 para dar manuais gratuitos porque a Lei é de 2013. Ainda assim o Governo Regional quando atribui aos alunos benefícios, como a ação social educativa abrange também os manuais escolares. Porquê esta duplicação da atribuição de manuais escolares? Para não falar ser só em 2017 pode ter alguma conotação com as eleições que aí se avizinham. E só em 2017 é que se pensou que afinal o 1º ciclo no Município do Funchal precisa de livros gratuitos em 2017. Portanto, em 2014/15/16, estava tudo rico nesses anos, e em junho de 2017 houve um empobrecimento em queda. -----

E queria perguntar, seria mais simples, já se vinha a fazer isto há algum tempo e a coordenar, se calhar, com o Governo, gostaria de saber se esta atribuição do material escolar em casos específicos, são aqueles em que o Governo já dá manuais escolares e portanto haveria duplicação de esforços e aí vão optar por dar material escolar. -----

Segundo me parece este apoio já consta no Regulamento do Apoio à Natalidade e Família, porquê que isto agora aparece à margem desse regulamento? Porque é que não se previa a atribuição de manuais escolares gratuitos, juntamente com o apoio de material escolar nesse regulamento? – Porque o Regulamento se calhar não data de 2017 e não tínhamos

eleições autárquicas nessa altura. -----

E gostaria de saber se aqueles beneficiários da ação social educativa que vão receber o voucher de 20 euros, qual o real impacto desta medida? Foi calculado em que base? Qual é o estudo? Qual é o universo? Como é que chegaram a estes valores? -----

Porque depois temos os não beneficiários no 1º e 2º ano com vouchers de 50 euros e no 3º e 4º ano com vouchers de 60 euros, eu pergunto onde é que está o princípio da igualdade? -----

Porque em direito aprende-se que trata-se de maneira diferente aquilo que é diferente e trata-se de maneira igual aquilo que é igual, e aqui não há essa diferenciação. Aqui se for uma família abastada vai ter um voucher de 60 euros, porquê? -----

Qual a base de sustentação para atribuir às pessoas que têm uma real capacidade de compra dos manuais escolares para atribuir vouchers de 60 euros, versus aqueles outros que não têm essa real capacidade? -----

Repare que há pessoas que não têm o benefício social educativo por centimos e se calhar vão receber 50 euros quando deveriam receber 60 euros, mas os anos não permitem. Portanto estas dúvidas todas seriam importantes se fossem esclarecidas na Assembleia Municipal, e se calhar deveria ter vindo primeiro aqui à Assembleia Municipal atempadamente para nós levantarmos estas questões todas e trabalharmos esta questão. Melhor ainda seria, se tivesse sido incluída no Regulamento de Apoio à Natalidade e à Família, que aí é que fazia sentido e porque eu acho que há uma duplicação aqui de esforços. Porquê só agora desta forma tão mediática e depois tão cingida à Câmara? Porquê que não se traz aqui, que é tão mais público, para se discutir? Para nos dizerem qual é a base disto, como é que chegaram a isto e como é que vão satisfazer tudo isto. ---

Isto se calhar, além da questão das Autárquicas estar à porta, porque é uma medida iminentemente política, porque se não, estaria a ser aqui levantada em junho pelo Grupo

*Handwritten signature: Raquel Bellas*

Municipal do PPD/PSD no ponto 1 da ordem de trabalhos, se calhar isto teria outra abrangência. Se calhar não, ou então é para camuflar a fraca adesão aos vossos programas sociais que esta Câmara fez uma bandeira e que está no vosso manifesto que ontem à noite estive a ler para ver se porventura isto estaria lá, mas não está. Se calhar é para camuflar um pouco aquilo que tem sido um fracasso total em toda a linha da grande maioria dos vossos programas sociais que o máximo de expressão disso é o Câmara à Porta e logo a seguir os Medicamentos". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** foi quem se seguiu nas intervenções e atalhou que, "Continuarei a brilhante intervenção da minha companheira Raquel. -----

Primeira questão, os barris de pólvora continuam a povoar o Funchal e não digo o Funchal dos arredores, o Funchal urbano, o Funchal que foi atingido pelos fogos do ano passado. Basta ver, se circunscrever, por exemplo à encosta sobranceira à Clínica de Santa Catarina, para ver inúmeros barris de pólvora que lá se encontram. É apenas uma das zonas mas podemos percorrer todas as outras zonas, porque inclusive urbanizações recentes continuam com graves problemas de barris de pólvora prontos a arder e a incendiar e a provocar tragédias que todos nós não queremos que se repitam. -----

Nada foi absolutamente feito. Poderão refugiar-se na questão das propriedades privadas, mas o que é um facto, é que a ação deveria de ser muito mais determinada. Porque estamos a falar de barris de pólvora no meio da malha urbana e malha urbana densa. -----

Depois gostaria de referir que as organizações do Festival a Leste, do Festival Summer Opening e do Rali Vinho Madeira gostaria que houvessem eleições todos os anos, porque estes apoios fartos e supostamente genuínos têm interesse pela sua originalidade ocorrer no ano de eleições. -----

E depois o Senhor Presidente teve aqui a oportunidade de referir um vasto conjunto de

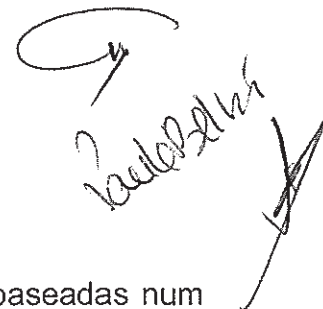
obras que estavam em execução, mas Senhor Presidente, se esse vasto conjunto de obras em execução será para ter os resultados de algumas que eu aqui vou enumerar, pare já com elas porque é dinheiro desperdiçado, e vamos a exemplos. Desde logo o Lido, que já foi aqui e muito bem explicado pela Senhora Deputada Raquel, que os Senhores agarraram como sendo um projeto vosso, rapidamente quiseram colocá-lo ao serviço dos nossos municípios e fizeram bem, mas sem o mínimo de preocupação de executar bem a obra, tanto é que os problemas todos estão ao de cima. Se existem eventualmente erros na conceção do projeto os senhores nem quiseram saber, porque se o projeto estava mal feito a obrigação é de quem sabe fazer melhor, ou supostamente sabe fazer melhor. A obrigação é pegar nesse projeto mal feito e melhorá-lo substancialmente. Os senhores apenas quiseram concluir e pôr a placa. -----

Resultado, concluíram mal, não asseguraram a fiscalização, e o Lido neste momento padece dos problemas todos que foram levantados pela Senhora Deputada Raquel. Portanto é a chamada obra mal feita, terrivelmente mal acompanhada, e ainda por cima inaugurada de forma irresponsável com os problemas que estão à vista. -----

Outra situação, a Loja do Turismo. Inauguram a Loja do Turismo mas não põem pessoas a trabalhar na Loja do Turismo. Portanto a Loja do Turismo não funciona, porque sistematicamente, e por via das funções que desempenho na Assembleia Legislativa da Madeira passo lá constantemente e constantemente a Loja está fechada. -----

Senhor Presidente eu observo diretamente, não é diz que disse é uma observação direta. Se está destacado um conjunto de funcionários para a Loja, então faça o favor de fiscalizar a situação porque a Loja está várias e longos momentos fechada, sendo que há dias que nem sequer abre. Portanto há aqui algum problema e é preciso que se atente. -----

Depois temos as famosas medidas de Mobilidade. A ânsia foi tanta que até fazem as coisas ao contrário e já mudaram não sei quantas vezes. Já mudaram o horário, já mudaram a



linha, já pintaram de um lado, pintaram do outro, supostamente medidas baseadas num estudo, e eu não recebi nenhum estudo Senhor Vereador. Recebi um draft. -----

Se a Vereação não quer aceitar a critica, o que é um facto é que cada vez que alguém reclamava, cada vez que vinha uma noticia negativa em relação a uma situação dessas medidas, imediatemente as medidas eram alteradas, as situações eram corrigidas e portanto se é uma obra bem feita e um projeto bem feito, baseado num estudo consistente e substancialmente estudado, então não precisa ser alterado constantemente. -----

Mais um exemplo, a Loja do Município, Senhor Presidente, outra vez em discurso direto e em utilização direta, o cidadão Carlos Rodrigues é um utilizador da Loja do Município e dou-lhe os parabéns pela ideia. Mas o Senhor cidadão Carlos Rodrigues já lá se deslocou três vezes. A primeira vez, confesso, impecável, porque eu também era utilizador dos anteriores serviços da Câmara, nomeadamente para pagar a água, e eu chego à Loja do Município e das três vezes aconteceu a mesma coisa e é um exemplo parecido com o que se passa com o Posto de Informação do Turismo, e já me desloquei em horas diversas esta Loja e bem tem quinze postos de atendimento e das três vezes nos quinze postos de atendimento, nove estavam sem funcionários e seis estavam com funcionários, poder-se-ia dizer que era uma situação momentânea mas aconteceram em horas diferentes, em períodos diferentes e em dias diferentes, não foi sempre à hora da mudança do turno, eventualmente, ou da hora de almoço. Umas foram de manhã outras foram á tarde portanto o problema mantinha-se e em todas as situações eu estive à espera várias dezenas de minutos e a resposta não se alterou. -----

Portanto temos quinze postos, seis a funcionar, nove sem ninguém e temos nas várias vezes que lá fui muitas pessoas à espera. O Senhor Presidente diz, fazemos seiscentos atendimentos, eu gostaria de saber quais são os atendimentos que não são realizados por estas situações, porque eu vi várias pessoas a entrar e a desistir porque tinham muitas

peessoas à frente e o que é desolador é ver um equipamento e uma instalação daquela qualidade e depois não está operacional. Porquê? – Porque não tem recursos humanos suficientes. -----

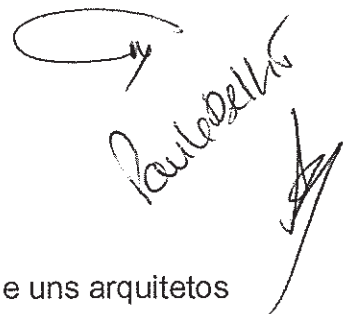
E finalmente temos por exemplo a questão do passadiço da Praia Formosa que inicialmente não era da responsabilidade da Câmara, mas a Câmara já anuncia como sendo uma grande obra da Câmara. -----

Portanto aquilo que eu queria dizer, e para concluir, é que se as obras que estão a ser anunciadas, enunciadas e discriminadas, são obras para ter este tipo de operacionalização e de serviço à comunidade, então pare com elas, Senhor Presidente. Senão vamos ter aqui um problema, que é depois das obras estarem concluídas vamos ter que resolver a não operacionalização das mesmas”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** disse depois que, “Eu assisti à primeira das conferências sobre PROJETA O FUTURO e queria dizer que se o objetivo era recolher ideias, o formato está completamente errado. -----

Para recolher ideias teria de ser feito um debate mais para o início do que para o fim quando já está tudo quase pronto, podia ser um formato parecido ao do Orçamento Participativo, portanto um PDM Participativo, as pessoas davam ideias, havia um debate, trocavam-se ideias. Mas não foi isso que aconteceu, e a própria conferência não foi de forma nenhuma orientada para captar ideias ou para ter uma discussão. Foi apenas um tipo de uma aula sobre os conceitos, a requalificação ou o que é reabilitação. Não é culpa dos técnicos porque estavam lá a fazer o seu papel. Mas não houve absolutamente nada. Não foi dada nenhuma informação que pudesse sequer ser discutida. Foram abordados apenas assuntos técnicos, em termos de prazos, isenções de taxas, ou seja, zero. -----

Para mim foi uma enorme desilusão, tendo de facto tido a esperança de que haveria de facto, uma discussão abrangente, mais para o início do PDM, para os cidadãos poderem



de facto projetar o futuro da sua cidade, e não ter apenas uns professores e uns arquitetos escolhidos, para virem projetar a sua cidade, para eles, sem terem grande palavra, até à discussão pública, quando já está tudo mais ou menos decidido”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente** disse depois que, “ Falou-se há pouco de corrupção e da denúncia feita publicamente pelo Dr. Gil Canha, relativamente ao Senhor Presidente da Câmara. Eu em relação a isso apenas tenho a dizer o seguinte. Quando há algumas provas materiais, eu penso que o Estado Português dá-nos ótimas ferramentas para denunciarmos em sede própria tudo o que nós temos, sem usar isso eventualmente como arremesso político. Mas isso são questões de estilo como é óbvio. De qualquer forma eu não digo que alguém aqui é corrupto nem deixa de ser. Mas posso apontar diretamente o Senhor Presidente da Câmara, que é mentiroso e vou dizer isso de forma muito clara atendendo o seguinte: já aqui numa Assembleia deste ano, o Senhor Presidente fez menção de me entregar alguma informação que eu solicitei atempadamente, e que posteriormente resumi por escrito diretamente ao Senhor Presidente da Assembleia, seguindo o formato regulamentar. Ainda esta semana insisti novamente por essa forma, e até hoje ainda não tive qualquer resposta. Sei que as mesmas questões que eu formulei e outras, foram também formuladas por outros Grupos Municipais aqui presentes e outros Senhores Deputados sem que também até ao momento tivessem resposta. -----

Ora bem, isso para mim é uma mentira, é faltar à palavra e é mais, é desrespeitar de certa maneira o estatuto da oposição e a nossa ação fiscalizadora enquanto eleitos nesta Casa. E isso fica-lhe muito mal, atendendo até, que fala de Confiança para o próximo mandato. - Ora bem, eu pego novamente nisto tentando reformular a questão inicial, que é a seguinte: na página 61 deste relatório de atividades, V. Exa rúbrica essa página dizendo, neste caso, ao Funchal Card, que é reestruturação do plano de venda do Funchal Card. -----

Quando se reestrutura um plano de venda, à partida parte-se da premissa que o plano inicial talvez não foi tão bom quanto isso, ou não foi o mais adequado. De qualquer forma hoje apresenta-nos este documento e eu retive esta questão da reestruturação. A minha questão objetiva é: reestruturou porquê? Qual foi a razão porque reestruturou? E o que é que estava eventualmente mal para que tivesse essa necessidade? Aparte de todas as questões, relativamente aos primeiros tempos do Funchal Card e como é que ele foi vendido e como é que ele foi aceite pelas pessoas, uma vez que o Turismo é uma das bandeiras que muito frequentemente se imiscui ao nível da nossa Cidade? -----  
Por fim, regozijo-me imenso com as obras lançadas e aquelas que já foram adjudicadas nestes últimos meses de mandato, e lembro que antigamente havia uma questão que se chamava eleitoralismo. Vejo que essa questão já foi reformulada, já foi mudada e hoje em dia não temos eleitoralismo mas temos uma espécie de relembramento à última da hora, para que se faça as coisas que se devia fazer logo de início, tendo já os instrumentos disponíveis e sendo até inclusivamente um plano de governo para o Funchal, conforme na altura foi indicado". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Maria Abreu Barros, do CDS-PP** colocou as seguintes questões: "Relativamente às obras de requalificação do Mercado, nós sabemos que para fazer obras é preciso dinheiro e que os dinheiros provavelmente advirão em grande parte das rendas que são cobradas dos espaços. Ora questiono o grau de exequibilidade a nível do pagamento dessas rendas, porque eu frequento o Mercado e as pessoas dizem-me que as rendas são elevadas e depois existem espaços ao lado que depois do concurso que foi lançado já fecharam. Atendendo a essa situação e perante estas evidências pergunto qual o grau de exequibilidade das mesmas? -----  
Outra das questões que quero colocar é relativamente ao Lido. Durante a minha vida só frequentei o Lido duas vezes, uma em 1998 e uma em 2017. E pelo que me deparei, este



*Handwritten signature and scribbles in the top right corner.*

ano a prancha de saltos para o mar está fechada porque, segundo me disseram, as pessoas ao mergulharem correm o risco de bater nas rochas. Assim sendo, ao fazerem as obras de requalificação, porque é que isso não foi acautelado? -----

Outra questão, é ao nível da segurança, no sentido de sabermos como é que é feita a vigilância no próprio espaço. Isto porque eu estava deitado na toalha, e as pessoas que estavam ao meu lado dirigiram-se ao mar, ficaram lá algum tempo, e apercebi-me que chegaram pessoas à toalha que não eram os proprietários da mesma e vasculharam a carteira de uma senhora. Como alertei para essa situação a pessoa fugiu. Assim atendendo que o espaço foi requalificado, que as entradas tornaram-se mais caras, deveria de haver mais vigilância de modo a que as pessoas tivessem as suas coisas mais acauteladas". ----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** interveio de seguida, e disse, "Congratulo-me hoje com a atividade e as intervenções mais intensas do que em outros períodos do Grupo do PPD/PSD, dado que é importante ouvirmos as críticas, as sugestões, as recomendações, mesmo que não concordemos com elas. Porventura no final do mandato, em pré-campanha, isso pode acontecer, porventura provocado também por uma câmara de televisão aqui, de um órgão partidário para recolher imagens, que motivou essas intervenções, encenando que realmente havia uma participação ativa nesta Assembleia Municipal, quando isso não corresponde à verdade. Infelizmente, durante estes anos nós tivemos um grupo parlamentar em que tivemos debates específicos, que prescindiu da palavra, o que é um caso raro, até a nível nacional. Mas é preciso reconhecer que nós temos uma Cidade mais democrática e mais participativa. E mais participativa, porque temos o Orçamento Participativo, que é uma inovação em termos regionais, mais democrática, porque hoje todos aqueles, mesmo sendo da oposição, podem falar no Dia da Cidade. Mais democrática porque hoje comemoramos na capital da Região, o 25 de Abril. -----

Mas há aqui muita falta de coerência política e muita demagogia. Coerência política porquê? Nós vimos nestas mesmas pessoas que criticam o Executivo camarário não compreendendo que herdou uma conjuntura muito difícil, umas finanças camarárias com uma dívida gigantesca e brutal, mas que é rápido e muito ágil em encontrar desculpas para o fracasso e a nulidade da governação regional. -----

E nós ouvimos muitas pessoas que estão cá arranjar umas desculpas de que o Governo Regional está há pouco tempo, que um só mandato não dá para arrumar a casa, que a conjuntura económica é muito difícil, há uma série de desculpas algumas mais credíveis algumas nem tanto credíveis, para justificar a inoperacionalidade da governação regional. Governação Regional essa, que os mesmos protagonistas quando estavam no Município reivindicavam que houvesse competências para o Município do Funchal, mas também que juntamente viessem os respetivos meios financeiros, o que não tem acontecido e que não querem que aconteça. -----

Mais grave ainda, uma governação regional que quer asfixiar as Câmaras e principalmente a Câmara do Funchal que não realiza contratos-programa, uma governação regional que pura e simplesmente ficou com o IRS e que quer ficar com o dinheiro das expropriações. - Como é lógico, a Câmara Municipal do Funchal se tivesse mais meios financeiros disponíveis, poderia fazer muito mais, e porventura muito melhor, e isso foi já reconhecido nesta Casa várias vezes. -----

Uma das críticas mais injustas que eu oiço, e que é uma afronta, e até uma falta de educação e de respeito pelos funcionários do município do Funchal, que é na área da limpeza. Os funcionários, que são os mesmos de há quatro anos não compreendem esta forma leviana que é repetir uma mentira cem vezes para ver se se torna verdade. -----

A Cidade do Funchal não está mais suja. Porventura alguns deputados da oposição estão mais exigentes do que há alguns anos, reconhecemos isso. Mas é preciso reconhecer o



esforço dos funcionários e o esforço do Executivo e não há nenhum Executivo no plano regional, no plano nacional que queira uma cidade suja e todos, mas todos mesmo, fazem um esforço para que a Cidade esteja cada vez mais limpa. -----

Para terminar gostaria de dizer que a oposição ao longo de muito tempo tem tentado esconder a obra, mesmo não obstante algumas dificuldades financeiras do Executivo, que as tem feito. Tentou esconder uma reivindicação de 40 anos, que era o alargamento do Paiol, tentou dizer que não existem parques infantis quando nós vemos parques a surgir onde não existiam e uma série de obras que poderíamos estar aqui a elencar que demonstram um trabalho sério e responsável em prol dos funchalenses. -----

Reconheço que estamos numa época de pré-campanha, mas a pré-campanha não vale tudo, acima de tudo é preciso ter alguma moderação e nós Grupo Municipal Mudança estamos muito confiantes e muito contentes com a nossa prestação porque sempre falamos e sempre abordamos as questões que interessam aos funchalenses, esquecendo muitas vezes as questões partidárias e acima de tudo olhando o que é realmente importante para o futuro desta Cidade”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM** na sua intervenção, disse, “Estive a ouvir a intervenção da Senhora Deputada Raquel e tenho aqui umas notas que acho interessantes. A Senhora Deputada Raquel falou na questão da atribuição dos manuais escolares decidido por este Executivo, como sendo uma medida feita agora em junho, como sendo uma medida eleitoralista. Mas eu relembro que esta medida foi inscrita no orçamento de 2017. Portanto no ano passado, e se não quis falar de lá até agora, é porque não quis. Porque houve várias Assembleias onde pôde falar. -----

A senhora deputada também disse que a sua formação é na área jurídica e que devíamos diferenciar o que é diferente e que foi realmente feito. Se a Senhora Deputada não consegue ver a diferenciação que foi feita, se calhar devia de olhar para os assuntos com

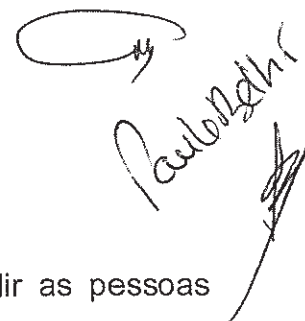
mais atenção. Porque relembro que os alunos que recebem os tais 20 euros, já recebem os livros pela ação social escolar e têm esse acréscimo de 20 euros para comprar material escolar, enquanto os restantes alunos têm o dinheiro que será basicamente para os manuais escolares. -----

Mas também queria fazer notar uma coisa, que é o que o Governo está a fazer relativamente a esta questão, talvez numa tentativa de boicotar uma ação desta Câmara, ao informar todos os diretores de escolas primárias para que não forneçam a documentação necessária para aferir quem é que recebe ação social e quem não recebe. Isto é uma medida lamentável por parte do Governo regional porque em vez de trabalharem em colaboração com a Câmara e tentar entre as várias entidades conseguir uma maior educação para todos os nossos alunos, tentam boicotar e dificultar o trabalho desta Câmara de maneira a que seja mais difícil fazer essa aferição. -----

Com certeza que com o trabalho desta equipa nenhum aluno sairá prejudicado, porque haverá outros métodos de chegar à informação que é necessária para que o programa seja realmente cumprido. -----

Também queria referir outra situação que a Senhora deputada referiu, que tem a ver com as limpezas urbanas. E vou falar da Freguesia que presido que é São Martinho, e há dias estive no parque da Quinta Magnólia, que é um jardim público, e é lamentável ver o estado de degradação de um espaço que muito diz a todos os funchalenses. Muito diz à minha geração, que muitos passaram ali a sua infância e ver a degradação a olhos vistos. E é lamentável que venham para aqui criticar a falta de limpeza urbana, quando têm exemplos que são lamentáveis. -----

Já agora, queria referir também a limpeza dos espaços verdes dos bairros sociais, que são da competência do IHM, onde tem ervas mais altas do que eu, e ainda têm a distinta lata de colocar um cartaz político a dizer que a limpeza não é feita numa zona que é da



competência do IHM. A política faz-se com seriedade, e tentar confundir as pessoas dizendo que um determinado jardim é cuidado pela Câmara quando na verdade é da responsabilidade do Governo Regional, é lamentável que entrem por esse caminho. Não é política séria e só vos fica mal fazer as coisas dessa maneira". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** pediu uma segunda intervenção, que foi suscitada pelas intervenções que o antecederam. -----

E disse, "A primeira, e em resposta ao Senhor Deputado Sérgio Abreu, que vem falar e fazer rasgadíssimos elogios à democraticidade que só passou a existir nos últimos 4 anos e que não existia até agora. -----

Fala, por exemplo, no Orçamento Participativo, o que é uma enormíssima falácia. Esse orçamento participativo, que até no início eu próprio elogiei, dados os projetos que foram aprovados, passou a integrar tudo. O Orçamento Participativo passou a servir para projetos de asfaltamento de ruas, que é uma responsabilidade da Câmara, projetos de muros, projetos de obras, que são investimentos banais de manutenção da Cidade e que são da responsabilidade da Câmara. Basta olhar para os projetos e para as propostas que são feitas em que a Câmara se demite das suas responsabilidades, passando a integrar no âmbito e no chapéu do Orçamento Participativo, obras que não têm nada a ver com o espírito do Orçamento Participativo. É esta a democraticidade que o Senhor alega. -----

A argumentação da Mudança depois vem com esta quase melodramática, e essa sim demagógica, intervenção no sentido de dizer que as críticas feitas pelo PSD em relação à limpeza, descuro e menoriza e inferioriza o trabalho dos funcionários da Câmara. Pelo contrário Senhor Deputado. Nós temos um enormíssimo respeito pelos funcionários da Câmara. O grande problema é a enormíssima falta de organização. Os funcionários da Câmara continuam a trabalhar com enormíssima dedicação, empenho e vontade. O que se passa, é que não há organização, não há liderança. Há um completo desgoverno, e por

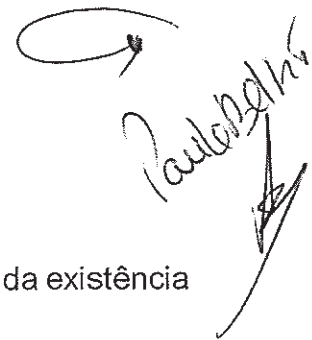
isso os funcionários não sabem a quantas andam, porque não têm quem os oriente e é o desleixo. O Senhor Deputado diz que nenhuma organização, nenhuma liderança, nenhuma vereação quer que a Cidade ande suja. Mas há aqui um problema de grosseira incompetência, e não são dos funcionários. É de quem manda, de quem lidera, de quem organiza e de quem administra. -----

O Senhor Deputado fala das obras que nós sistematicamente queremos esconder. Olhe, falámos da obra do Lido, uma obra que não é vossa e que os senhores assumiram e que os senhores concretizaram. Veja-se o resultado triste e desolador que é aquela obra que os senhores inauguraram. A obra não está em condições, a época balnear já começou e os problemas subsistem. -----

Falou do alargamento do Paiol, obra que vem também de detrás, e que os senhores concluíram. -----

Em relação aos parques infantis, vejam o estado em que os mesmos estão. Eu próprio assisti a uma intervenção que os senhores demagogicamente, falsamente e injustiçadamente disseram que era uma intervenção do Governo Regional, através da Inspeção Regional de Atividades Económicas. Quando era uma ação nacional, e não regional de inspeção generalizada no País. Que os Senhores demagogicamente acicataram e transportaram as responsabilidades para o Governo Regional. Eu próprio assisti *in loco* a essa inspeção a um dos parques infantis, que não estava em condições e estava com situações de insegurança para as crianças. -----

Falou da Escola do Lombo Segundo onde fizeram um campo de jogos. Muito bem. Mas não tiveram o cuidado, e a competência de utilizar e fazer uma obra, em que pelo menos nalguns desportos, as medidas regulamentares para a prática desse desporto pudesse ser usado. E havia espaço. E Senhor Deputado Duarte Caldeira é falso que o Senhor diga que o Governo Regional impede a informação. E vou-lhe dar um exemplo de uma Escola



particular, em que foi a própria escola que chegou junto dos pais e os informou da existência deste programa -----

Portanto é falso quando o Senhor diz que há sonegação de informação e pressão no sentido de não dar informação. É falso, porque isto que está aqui, é de um familiar meu, e é uma informação dada pela escola junto dos pais da criança, para que possam aceder a este programa. -----

O senhor deputado diz que em política não vale tudo. Acima de tudo, aquilo que não vale, é ser falso e mentiroso, em relação àquilo que se está a passar. -----

Mais, eu registo que o senhor deputado e Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho tenha feito uma referência aos jardins do Governo que não são tratados. Mas em resposta à intervenção feita pela Senhora Deputada Raquel, constato que tenha sido zero a vossa ação, em relação a uma área que é da responsabilidade da sua freguesia, que é a área dos jardins da Promenade. E isso é da sua responsabilidade. Da responsabilidade da sua Junta de Freguesia e da responsabilidade desta Câmara”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM** interveio de seguida, dizendo, “O Senhor Deputado trouxe aqui um documento apresentado por um Colégio privado. Pergunte aos diretores das várias escolas públicas se não receberam via Place, uma informação, para não darem qualquer informação dos alunos à Câmara Municipal do Funchal sobre este programa. Informe-se antes de chamar as outras pessoas de falsas e não venha para aqui dizer barbaridades sobre um documento de um Colégio privado que não representa as escolas públicas da Cidade. -----

E sobre a Promenade, esta não é da responsabilidade da Junta de Freguesia. É da responsabilidade da Frente MarFunchal. Mas há aqui uma coisa que é interessante. É que o senhor fala na responsabilidade da limpeza da Promenade. Mas para ficar com o espaço que deram agora ao Pestana, afinal já é do domínio público, e a responsabilidade já não é

da Câmara”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** quis responder à intervenção anterior, e acentuou, “Senhor deputado Duarte Caldeira, eu esperava mais de si. Porque esta Escola é uma Escola com contrato de associação, e mais, quem faz notícias e quem tem reações com base em sites falsos e em notícias falsas, em perfis falsos, são os Senhores. E isso só revela o desespero que os Senhores estão a viver neste momento. -----

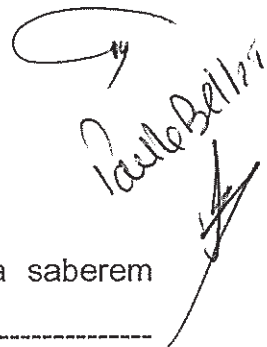
Portanto em relação à falsidade, estamos totalmente conversados, e se o Senhor tem provas disso, faça o favor de trazer para a via pública. -----

Senhor Deputado, em relação à Promenade, o Senhor Deputado para fazer festas, mostras, feiras é parceiro da Frente Mar Funchal. Já se associa à Frente Mar, Frente Mar essa, que é do domínio da Câmara Municipal do Funchal. Para isso o Senhor Deputado e Presidente de Junta está totalmente disponível. Para limpar já não é parceiro. -----

Está tudo dito, em relação à forma como o senhor aborda os problemas da Cidade”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, do GMM** na sua intervenção, pronunciou, “Eu só pedi a palavra, porque o Senhor Deputado Carlos Rodrigues fez uma menção à questão da fiscalização, e eu penso que se calhar no fervor da sua intervenção acusa-nos de certa forma de termos dito que foi uma fiscalização encomendada pelo governo regional. Eu penso que não tem nada a ver com isso, e eu pessoalmente, não me recordo de nós alguma vez termos feito essa acusação. Porque desde início sabíamos que foi uma intervenção de fiscalização a nível nacional. Mas uma das coisas que me surpreendeu, foi o facto de, efetivamente terem feito fiscalização a jardins sob a alçada de juntas de freguesia e da Câmara do Funchal, e não o fazerem a jardins sob a alçada do Governo Regional. E isso também, na minha opinião, não é sério. E dou o exemplo, do Jardim de Santa Luzia, no Imaculado Coração de Maria, cuja inspeção



  
Paulo Beltrami

não foi efetuada. Mas no entanto estiveram na Junta de Freguesia para saberem informações sobre a Quinta Deão". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** respondendo à intervenção anterior, disse, "Senhor Deputado Gonçalo, em relação ao fervor da minha intervenção, só a mim diz respeito. A partir do momento em que eu não falte ao respeito a ninguém, eu posso fazer a minha intervenção com mais ou menos fervor, que isso não deverá incomodar ninguém. -----

Em relação à fiscalização, deixe-me que lhe diga o seguinte. Foram os senhores na última Assembleia Municipal quem falou sobre este assunto. Foram os senhores que levantaram esta questão, de isto ser uma medida e uma operação cirúrgica do Governo Regional. Mais, se o Senhor tem dúvidas em relação à abrangência dessa mesma fiscalização, se o Senhor tem dúvidas que ela foi dirigida especialmente às juntas de freguesia, que são da alçada da Câmara do Funchal, e o mesmo não aconteceu em relação a nenhum parque infantil do governo regional, o Senhor tem bom remédio. Que eu saiba o Senhor apoia o governo que manda neste país. O Senhor tem o acesso privilegiado à Inspeção Geral de Atividades Económicas, que foi quem orientou e fez esta inspeção a nível nacional. Portanto tem bom remédio. Pergunte aos Senhores da Inspeção Geral de Atividades Económicas porque é que quando vieram à Madeira só se dirigiram aos parques infantis da responsabilidade do Município e não se dirigiram aos jardins e aos parques da responsabilidade do Governo Regional. -----

Mas se os Senhores acham que o Governo Regional já manda no governo da república. Olhe, é uma novidade, porque está muita coisa para lá emperrada, porque a nós nem nos querem ouvir, e fazem questão de não responder aos convites que nós lhes fazemos. -----  
Portanto senhor deputado, há aí um problema complicado de resolver, que o senhor como adepto, fã, militante e apoiante da geringonça nacional, tem toda a facilidade em chegar a

essas entidades e fazer essas perguntas, e não a mim". -----

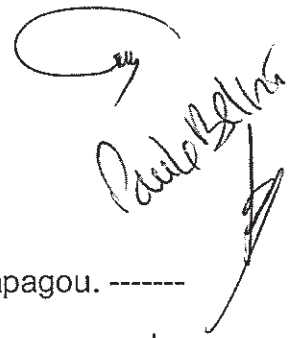
--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** interveio de seguida referindo que, "Segundo as regras parlamentares, geralmente quem faz uma intervenção, quem quer questionar, pede a palavra para fazer uma pergunta. E aqui tem-se usado um mecanismo de intervenções, em que cada um faz a sua intervenção para si. Ok eu respeito. -----

Só para registar, que o que foi aqui dito é que segundo os deputados municipais não é má educação, grosseria e incompetência dos funcionários em relação à limpeza. Quanto ao Orçamento Participativo, o que se pretende, é dar a voz aos munícipes, e os munícipes são livres de proporem as obras que querem que sejam efetuadas na sua freguesia e no seu concelho. Quanto aos perfis falsos, depois de denunciados, ainda bem que foram apagados. -----

Queria dizer que compreendo que estamos em período pré eleitoral, e no período pré eleitoral não vale tudo. E não valem as referências pouco simpáticas, principalmente aos funcionários desta Casa, que são na esmagadora maioria dedicados à causa pública". ----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** interveio a seguir, dizendo, "Senhor deputado Sérgio Abreu, não lhe admito que o Senhor manipule, aldrabe e distorça as minhas palavras. Eu referi-me a grosseira incompetência da Vereação. Senhor Deputado eu não lhe admito essa sua demagogia e essa sua tácticazinha tosca de manipular a verdade, e vamos chegar à conclusão que essa sua tácticazinha tosca, essa sua tentativazinha atabalhoada de manipular as palavras dos outros não tem qualquer razão de ser, e só revela a sua fraqueza, a sua falta de argumentos e a sua incompetência enquanto deputado municipal. -----

Eu falei de grosseira incompetência da vereação. E em relação aos perfis falsos, foram apagados sabe porquê? – Pergunte à sua Agência de Comunicação, que faz a sua



campanha, primeiro porque é que os criou e depois porque é que depois os apagou. -----

O Senhor Chefe de Gabinete, provavelmente o responsável operacional dessa campanha manifestou-se na Assembleia. Ele não faz parte da Assembleia mas manifestou-se. -----

O Senhor Deputado que fala em ética parlamentar, sabe perfeitamente que o público e quem está a assistir não se pode manifestar. Portanto o senhor deputado, que fala tanto, fica até ruborizado quando fala da ética parlamentar, devia de saber que este tipo de manifestação é inaceitável, é degradante. Ter este tipo de reações no decorrer de uma Assembleia Municipal, é tão grave como chamar de "tótós" os deputados da Assembleia da República. É esta a vossa ética republicana? É esta dignidade? Esta sim é a vossa dignidade. E Senhor Deputado, as intervenções que são feitas, cabem aos senhores deputados, e eu em parte alguma faltei ao respeito seja a quem for. Estou a falar da forma como se executa e desempenha os cargos, nunca foi pessoal. E se o Senhor Deputado está à vontade com este tipo de reação, está tudo dito em relação a quem nos governa e governa os destinos do Funchal. Se o Senhor Deputado está confortável com este tipo de atitudes, está tudo dito em relação à sua ética parlamentar e à sua ética e dignidade republicana. Está tudo dito, quanto à sua atitude perante a democracia. O Senhor Deputado pretende dar lições de democracia a toda a gente, especialmente a mim, e tem este tipo de reações e contemporiza com este tipo de atitudes. -----

Portanto Senhor Deputado, estamos falados em relação ao nível de dignidade, ao nível de ética republicana que o líder da bancada do grupo mudança tem". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** disse de seguida que, "Decidi intervir em nome da democracia, porque toda a gente nesta Casa tem o direito de expressar a sua opinião. Quando assim não o for, estamos muito mal. ----

O Senhor Deputado Sérgio Abreu fala do orçamento participativo. Aqui é a verdadeira democracia, na Assembleia Municipal, local próprio para expressar todas as opiniões que

nós tivermos, e enquanto houver democracia nesta Casa iremos fazê-lo. -----

E da parte do CDS quero-lhe dizer o seguinte. Relativamente a questões políticas, o CDS não vai entrar em questões pessoais. O CDS quer é saber concretamente, por exemplo, o resultado da proposta que fez na área social, para os infantários públicos e privados da cidade do Funchal, o valor do cheque anual, que variará entre os 250 e os 1000 euros para as crianças que estão no ensino público e privado do pré-escolar na cidade do Funchal. -----

O CDS falará desta medida que custará dois milhões de euros por ano, numa perspetiva futura para a cidade, uma medida social. -----

E portanto Senhor Deputado Sérgio Abreu, Senhores Deputados desta Casa, o CDS não vai entrar nestas guerrilhas pessoais, que em muito denigrem a imagem da Cidade do Funchal. -----

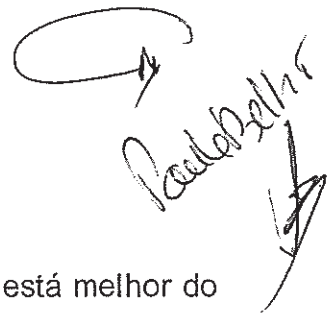
Nós gostaríamos de saber é se o Grupo da Mudança concorda ou não com esta medida social do CDS e do candidato Rui Barreto à CMF". -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** interveio de seguida prestando esclarecimentos, e disse "O Senhor Deputado Carlos Rodrigues veio com a energia toda e a eloquência que lhe é habitual, embora com muito barulho e pouco conteúdo, naquilo que foram as suas afirmações relativamente a questões aqui colocadas. -----

Resumindo, aquilo que parece que se passa aqui, particularmente por parte do PSD, é que parece que antes era o paraíso e agora vivemos no inferno. Parece que esta cidade vivia no melhor dos mundos e agora entrou no pior do caos. -----

Isto, e não é preciso agências de comunicação, até do ponto de vista político, isto é um erro, porque é visível, principalmente aos olhos da população, de que as coisas estão diferentes, e estão diferentes para melhor. -----

Nós não somos perfeitos, nem sempre fazemos tudo bem feito. Há ainda muito trabalho a



fazer, mas isto não é o caos, e está longe do caos. E posso garantir que está melhor do que era. E é este o discurso das intervenções que entra aqui por parte dos Senhores (as) Deputados (as) do PSD. -----

Falando de assuntos concretos, sobre as diversas intervenções, começo pelos Manuais Escolares. Um programa para os jovens do nosso Município, e que a meu ver é uma medida corretíssima no apoio à educação dos nossos jovens. -----

E parece que até nas medidas positivas, parece que é sempre mau. Sejam mais inteligentes, e façam propostas para melhorar, mas não deitem abaixo aquilo que é uma aposta inquestionável na educação e a bem das famílias do Concelho. -----

E quando se pergunta, porquê que não foi feito em 2013 e só o foi em 2017? É preciso relembrar o estado das finanças desta Autarquia. Nós não podíamos ter ações logo no início do mandato com o estado das contas desta Casa. Porque esta Casa estava em autêntica bancarrota. Era este o ponto de situação, de anos e anos de irresponsabilidade, de falta de rigor em que qualquer um daqueles planos de resgate só gerou mais dívida. --- Mesmo depois do PAEL, em 2012 e 2013, ainda conseguiram fazer mais 20 milhões de dívida. Portanto é preciso ver-se ao ponto a que se chegou. Por isso, há determinadas medidas que nós só estamos a implementar a partir de uma determinada altura, por uma questão de responsabilidade e de trabalho que foi feito em termos financeiros nesta autarquia. -----

E posso-vos garantir de que se recebermos, como espero, o voto da população do Funchal, felizmente não será preciso chegar ao fim do mandato, porque já no início do próximo mandato muitas das ações que nós temos feito agora, irão ter reflexo logo no princípio. Porque houve um trabalho feito a montante, que faz toda a diferença na forma como estamos a governar esta Cidade. -----

E estes manuais surgiram com uma medida do Governo da República para o 1º ciclo. A

verdade, é que o Governo Regional, que poderia ter feito a mesma coisa, com repercussão a nível de todo o território da Região Autónoma da Madeira, virou as costas aos madeirenses, e virou as costas particularmente aos funchalenses. -----

E nós chegamos à frente e bem, porque independentemente de quem for aquele que vai investir do seu orçamento, estamos a pensar no bem das nossas crianças e no alívio que deve de ser feito para as famílias do Funchal. -----

Porque há aqui depois distorção das coisas. A educação é constitucionalmente gratuita. Uma coisa são os direitos que são para todos. Há áreas da governação em isso está estipulado, e a educação é uma delas. A diferenciação e a reposição daquilo que são as desigualdades, daquilo que será a parte contributiva, são feitas através de uma fiscalidade progressiva. É aí que se faz. É nos impostos de cada um, que há uns que vão pagar mais e outros vão pagar menos. Nos direitos a nível de educação, é igual para todos. É esta a diferença que ainda parece que não perceberam. -----

E é claro que terão impacto. E nós nesta medida, houve em conta não só o valor dos manuais, porque o valor dos manuais é diferente nos diversos anos. É por isso que quando se implementou esta diferenciação teve a ver com esse facto, e é verdade sim, o que disse a Senhora deputada Raquel Silva, que tínhamos já um programa de natalidade de apoio à família. Deixe-me relembrar as coisas como são. O Programa de Natalidade foi apresentado pelo PSD e não tinha nada de família. Quem acrescentou a parte da família, fomos nós, e bem, e com a vossa concordância, e muito bem. Porque só o fizeram dirigido à natalidade, e nós acrescentamos a família. Entre os quais, material escolar e manuais, que vão até ao 12º ano, numa matéria completamente diferente daquilo que é o objeto deste programa de manuais. -----

Portanto esta ação direta para os manuais, porque esse plano de apoio à natalidade e família tem um âmbito muito mais vasto do que este relativamente aos manuais do 1º ciclo.



Depois quando se fala na questão do Lido, esta é uma obra que efetivamente tem problemas relativamente à entrega da obra. -----

Nós fizemos fiscalização. Até porque, pessoalmente envolvi-me em reuniões com a empresa que fez a execução das obras do Lido. Nós temos mais de mil emails trocados entre o Departamento de Obras e Infraestruturas e a referida Empresa, desde o início da obra, a alertar para questões que aqui se colocam. E é natural em qualquer obra que haja sempre problemas. Por isso é que existe o prazo de garantia, e é por isso que existem também garantias bancárias para serem acionadas. Agora, há aqui uma questão que é preciso ter em conta. Nós estamos a proceder dessa forma corretamente, seguindo todos os trâmites que são necessários, porque estamos a falar de contratação pública e estamos a falar de dinheiros. E não queremos, obviamente, que no meio de alguns diferendos, nós possamos, por uma questão formal, não agir corretamente. -----

E por isso dizer que reconhecemos as coisas que estão inventariadas por nós e que necessitam de ser regularizadas, não pondo isso em funcionamento o Complexo Balnear do Lido. -----

Relativamente à limpeza da Cidade, isto é daquelas coisas que sinceramente tentam falar e repetir o mesmo assunto a ver se criam a perceção na população de que efetivamente a Cidade está suja. Não está. Aliás, reconheço que em relação ao trabalho desta Câmara no passado, se há trabalho bem feito, que o vosso partido e o Executivo anterior fez, foi o que se refere ao ambiente e à limpeza urbana e dos jardins. E muito bem. É uma marca da nossa Cidade, e essa marca não pode ser beliscada. Porque também não foi beliscada no passado, quando aconteceram uma ou outra falha dos serviços. Falhas que podem acontecer efetivamente, mas que não põem em causa toda a qualidade da limpeza ou a manutenção dos jardins da nossa Cidade. -----

Porque em abono da verdade não nos podem acusar. Porque a nossa ação é responsável.

Toda a estrutura do ambiente manteve-se tal e qual como vocês a deixaram, e portanto não se venha aqui, quando não se mexe efetivamente na estrutura, e quando as orientações que são dadas são precisamente as mesmas, e a política a esse nível não mudou. Dizem que a Cidade está suja. E aí tenho que concordar com o Senhor Deputado Sérgio Abreu, que diz que só podem estar a culpar os funcionários. Que se calhar tornaram-se malandros de uma hora para outra, só porque mudou para esta vereação. E isso, eu também não vou admitir, porque vejo aquilo que é o seu empenho e a dedicação. E mais, estamos a reforçar, não só em equipamentos, como é do vosso conhecimento, como também, com mais recursos humanos para o Departamento de Ambiente. -----

Senhor Deputado Rui Cortez, relativamente ao Plano Diretor Municipal, há um pormenor na sua intervenção que é preciso nós recordarmos. O Senhor deputado fala em 2013, e eu vou falar em 2007, onde devíamos de já ter tido um novo Plano Diretor Municipal e não tivemos. Portanto, começou a ser elaborado uma proposta, que em 2013 era uma proposta, que passou pela Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal, através da DROTA, e esse parecer tinha condicionalismos graves. -----

É preciso ver que esse parecer, a nosso ver, era um programa de execução, nas questões de mobilidade, não previa nada. Na redução do perímetro urbano, aí nós discordamos, relativamente àquilo que era a proposta apresentada, e a proposta que irá agora seguir. Tudo matérias que, se somarmos a alteração da Lei de Bases, da política pública de solos, que chegou e obrigou a alterar situações jurídicas do Plano Diretor Municipal, levaram a que cheguemos a esta altura já em condições de entrar em discussão pública. -----

Nós entregamos a primeira proposta em agosto de 2016, e o Governo demorou quatro meses a responder a essa proposta. Nós entregamos em março deste ano a proposta final, e ainda estamos a aguardar, embora saibamos que ela já está concluída. Há apenas um aspeto formal, referente às assinaturas. Mas na próxima reunião de Câmara, assim o



*Paulinho*

espero, desde que nos chegue a proposta assinada pelas diversas entidades, já possa ir a reunião de Câmara, para deliberação, e podermos assim iniciar a discussão pública. -----

Quanto à questão focada da Loja do Múncipe, folgo em saber que o Senhor Deputado Carlos Rodrigues frequenta a Loja do Múncipe e tenho aqui números de três meses: abril, maio e junho. Na Loja do Múncipe nós temos diversos tipos de atendimento e os tempos médios de atendimento nestes três meses em cada um dos serviços: abril no Atendimento o tempo médio foi de nove minutos, Urbanismo seis minutos, Pagamentos dois minutos. No mês de maio e junho temos precisamente os mesmos números, Atendimento nove minutos, Urbanismo cinco minutos e Pagamentos dois minutos. -----

Há efetivamente aqui cancelamentos, que no final do dia se não aparecem senhas, têm que ser canceladas. O cancelamento pode ser de alguém que tenha desistido e ido embora, pode ser de alguém que vá embora e depois queira regressar, e entretanto já passou a sua vez e desiste. Como acontece também que há pessoas que tiram várias senhas e quando são atendidas as outras senhas deixam de ter valor e acabam por não ser atendidas. -----

E para ser honesto consigo deixe-me lhe dizer que por exemplo no mês de junho tivemos destas senhas, cinquenta e oito no Atendimentos, duas no Urbanismo e cento e dezoito nos Pagamentos. -----

Em relação ao Orçamento Participativo, permita-me que lhe diga que não entendeu bem a filosofia deste instrumento. O Orçamento Participativo é investimento da Câmara. Só que esse investimento da Câmara é decidido pelos múnicipes. E são os múnicipes que decidem, quer queiramos quer não. Isto é que é o poder da democracia, e da democracia participativa. Pode discordar, que está no seu direito de o fazer em relação aos investimentos que são feitos no âmbito do Orçamento Participativo. Mas quer queiramos quer não, são esses investimentos e esse projetos que são votados e são vencedores. Foram decisão das pessoas. Isto é que é democracia participativa. São projetos que foram

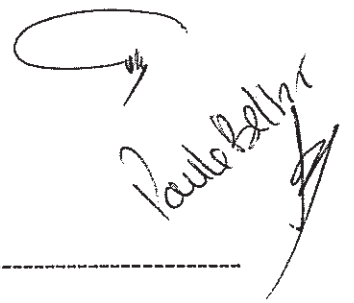
propostos e aprovados, para a Câmara a seguir executar. -----

Portanto pode discordar que é um pavimento, que é uma estrada, seja lá o que for, é a decisão das pessoas. Este é que é o cerne da democracia participativa. -----

Quero dizer também que relativamente ao passadiço da Praia Formosa, nós continuamos a achar que a responsabilidade é do Governo Regional. Mas a verdade é que não havendo intervenção do Governo Regional, vamos nós substituirmo-nos, e vamos sim, colocar lá um passadiço. Não vamos deixar que a qualificação da Praia Formosa deixe de se fazer, só porque, tal como na questão dos manuais escolares, o Governo assobia para o lado. Nós chegamos à frente e nós fazemos. Esta é se calhar a grande diferença. Não estamos à espera, como está o Governo Regional, que o Governo de Lisboa resolva os problemas da Região. Portanto nós aqui na Cidade, não estamos à espera que o Governo Regional venha resolver, porque já vimos que nada faz. Mesmo nas matérias em que tem o dever de o fazer. -----

O Senhor Deputado Donato Macedo falou da questão do Funchal Card. O Funchal Card, é um instrumento de venda de produtos turísticos. A reformulação que está em causa, é porque houve um grupo internacional ligado ao Turismo, que propôs à Câmara a comercialização deste Funchal Card. E nós neste momento estamos a ver de que forma jurídica é possível aplicar a proposta deste grupo. -----

Relativamente à questão das Lajinhas, eu próprio, conforme compromisso, dirigi-me às Lajinhas com o Senhor Vereador, e juntamente com elementos da Junta de Freguesia do Monte, e percorremos todo o percurso. Há questões do ponto de vista técnico que são complicadas. Mas o nosso compromisso foi o levantamento topográfico, porque só estavam referenciados alguns pontos. Vamos elaborar um levantamento topográfico e elaborar um projeto com os condicionalismos do declive e da largura das Lajinhas, e a partir daí, discutir se é possível ou não é possível executar. Portanto esse foi o nosso compromisso quando



nós lá nos dirigimos. -----

Relativamente aos prédios da ARU, são 1934 prédios que estão inseridos nesta área de reabilitação urbana. -----

Sobre a questão do Conselho Municipal de Juventude, o mesmo reuniu em janeiro, tem havido uma articulação permanente com o Executivo, nomeadamente com a Comissão Permanente, embora a nossa postura é dar total autonomia para ela trabalhar, e ela assim fazer propostas ao executivo, para serem colhidas e executadas. -----

Quanto aos 10 mil euros, da Assembleia Municipal Jovem, questão levantada pelo senhor deputado Gonçalo Pimenta, informo que existem 10 mil euros para o CMJF e 10 mil euros para a Assembleia Municipal Jovem. Portanto não foi tirado de um para pôr noutra. Há 10 mil euros para cada um". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlinda Maria Gouveia Amado, da CDU** pediu para intervir, anunciando que “Em relação às questões que tinham colocado naquele primeiro ponto, vão fazê-las por escrito, e aguardar que elas tenham resposta, tendo em conta que neste momento não a tiveram. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Silva Martins, do PPD/PSD** interveio depois, e disse, “ Nesta intervenção não vou falar sobre o poço com lodo da Quinta das Freiras nem nas hortas urbanas, porque parece que o Senhor Presidente não tem qualquer informação sobre isso. Vou falar essencialmente sobre os manuais escolares, sobre o Lido e sobre a Promenade. Vou tentar ser inteligente, porque o Senhor Presidente pediu-nos para sermos inteligentes, e vou tentar sê-lo. É uma falha minha. Não sou mas vou tentar. - Na minha fraca inteligência, o Senhor Presidente disse que nós deveríamos ter apresentado propostas. Como? Sabe qual é o caminho para nós apresentarmos propostas? Era pegar nesta matéria pedir uma alteração no regulamento de apoio à Natalidade e Família, e trazer aqui à Assembleia para ser apresentado como uma proposta de alteração, e aí, a

Assembleia Municipal teria a possibilidade de o discutir, e se calhar, apresentar propostas de melhoramento. -----

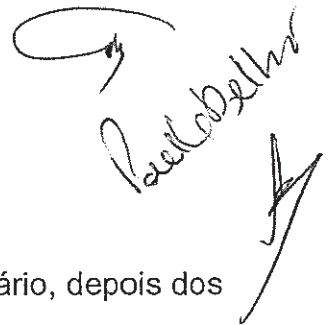
Quando se fecha esta questão ao executivo camarário e é uma deliberação interna, nós perdemos a capacidade de apresentar propostas. Esta é uma resposta, não sei se muito inteligente, mas é uma resposta. -----

Em relação à ação do Governo. O Governo trabalha para toda a Região Autónoma da Madeira e dá direitos para todos, e exige deveres a todos. E a Ação Social Educativa, serve para todos, e ela já existe nas escolas. Portanto é injusto o Senhor Presidente dizer que o Governo não age nesta matéria, porque há efetivamente a ação social educativa e as pessoas beneficiam. -----

Quando eu andava na escola, tudo isso já existia. E tinha colegas que tinham acesso a manuais escolares gratuitos já nessa altura. Estamos a falar em mil novecentos e noventas. Portanto, eu não creio que tenha sido essa a sua intenção, da falta de intervenção do Governo Regional para todos. -----

Quanto ao Lido, efetivamente não houve uma resposta clara sobre os problemas concretos que foram aqui colocados, aos quais eu poderia acrescentar outros dois que eu presenciei. Antes de ser colocada a plataforma de salto, que o Senhor Deputado do CDS aqui falou, duas semanas antes, os buracos no chão já estavam lá para serem colocados os postes, quer da prancha, quer da cadeira do nadador salva vida. Buracos, onde podiam caber o meu pé, e o de uma criança. Ao lado das camas, onde as pessoas se deitavam a apanhar sol. Portanto se o Lido não está em condições de abrir na época balnear, então não abram, com estas questões ainda por resolver. Porque parece que o problema do Lido resume-se a mil emails. E se o problema o Lido são mil emails, resolvam os problemas para não chegar aos dois mil emails. -----

Porque a questão das garantias bancárias, e passo a explicar porque eu conheço o Código

  
Raquel Bellini

da Contratação Pública, a garantia bancária é apresentada pelo adjudicatário, depois dos documentos de habilitação, quando é notificada a adjudicação. Se ele não apresentar a garantia bancária, numa percentagem de 2% do preço contratual, não é celebrado o contrato e caduca a adjudicação. Portanto, essa garantia bancária já é prestada antes do contrato. Depois à medida que ele vai executando a obra e vai pedindo os pagamentos parciais, ele tem de obrigatoriamente fazer um reforço dessa caução. Portanto, as garantias bancárias ao abrigo do CCP, são autónomas e à primeira solicitação. E isto o que é que quer dizer? Quer dizer que elas podem ser acionadas logo que o dono da obra chama o banco a prestar essa caução, e o banco não pode argumentar qualquer litígio que tenha com a empresa empreiteira para obstar ao pagamento e à entrega dessa garantia bancária. Portanto, se o Lido já apresenta problemas desde 2014 ou 2015, que implicassem o acionamento da garantia bancária, poderiam ter feito porque a garantia bancária é autónoma e à primeira solicitação. Não depende da troca de mil emails, e muito menos da instituição bancária. -----

O Lido continua com problemas sérios, e a única coisa que foi feita foi a compra de mobiliário, camas e guarda sóis. Quanto ao resto nada. -----

Em relação à Promenade do Lido, os funcionários não são a questão. Não deturpe. Nunca foram, até porque eu nunca fui executivo camarário, e não posso apontar o dedo aos funcionários, quando eu nem sequer conheço em concreto as pessoas. E seria muito mau se o fizesse. Por isso, é que as pessoas têm chefias, e acima delas, um executivo camarário que responde sempre na primeira linha, e assume sempre essa responsabilidade. Depois, internamente, terá que averiguar de quem é a culpa em concreto. -----

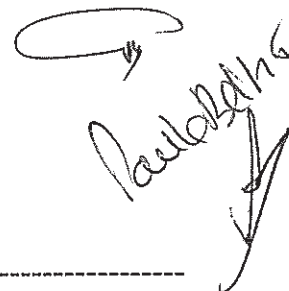
A Promenade e o Senhor Presidente, disse que nós estamos constantemente a repetir uma coisa junto à população. É exatamente ao contrário. É a população que vem ao nosso encontro. Este é um município, que dirigiu-se a mim, no dia 26, segunda-feira, às dezoito e

tal e mostrou-me as fotografias. Eu não fui ao encontro do munícipe. Eu não persigo ninguém, não tenho esse espírito em mim, não faço isso em relação a ninguém. Acho isso tenebroso, e portanto são os munícipes que nos dizem, e esse munícipe em particular, falou comigo, porque sabe que sou deputada municipal. E as pessoas procedem deste modo, quando pura e simplesmente as suas perguntas não fazem eco dentro da Câmara e não têm resposta. Então, eu disse-lhe que assumia o compromisso de cá trazer o seu assunto. Vou apresentar primeiro aqui, porque é a minha função, e não no Facebook. Vou trazer aqui, porque é aqui que tenho de confrontar, é aqui que eu tenho de fazer perguntas. É para isso que eu estou aqui. -----

E pela última vez, os funcionários não são questão. O executivo camarário sim”. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara**, interveio para responder às questões, e fazer alguns esclarecimentos, e disse, “Quanto aos manuais escolares, eu penso que a Senhora Deputada percebeu aquilo que eu disse na minha intervenção. Eu nunca disse que o Governo Regional não apoiava através da Ação Social Escolar. Uma coisa é apoiar na Ação Social Escolar, outra coisa é apoiar todos, que é o que nós estamos a fazer. Portanto, independentemente da ação social escolar, está a questão dos direitos, que eu invoquei, e que não vou repetir. -----

Quanto à questão do Lido, é assim, estamos a falar de 2016, e é preciso ter em atenção que o Lido teria de ficar concluído, porque se não perdíamos os 2 milhões de euros, investidos até 31 de dezembro de 2015. A questão que nos colocou foi que já na altura havia diferendos. Quando eu falo em mil emails, são já diferendos em questões técnicas. Porque, por exemplo, os materiais que estavam previstos no caderno de encargos, e aqueles que foram colocados, apesar de o empreiteiro e a empresa dizerem que eram equivalentes, na nossa opinião não o eram. Portanto, são este tipo de questões técnicas que estão a ser dirimidas. De materiais colocados, que segundo o empreiteiro são

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

equivalentes, e os nossos pareceres técnicos dizem que não o são. -----

Quanto à questão da limpeza, eu não vou aqui estar a falar mais sobre o assunto, dado que não nos vamos entender. Isto porque a Senhora Deputada diz que, por um lado devemos andar nos sítios para ver, e diz depois que viu determinada situação, através de um vídeo ou fotografias. Ora, eu fico também um pouco baralhado com essa questão. E tenho que dizer-lhe que, se a si se veem queixar, a mim veem elogiar o trabalho que é feito por esta Câmara, em termos do cuidado da limpeza e dos jardins, Portanto estamos conversados, senhora deputada". -----

**Ponto dois - Prestação de Contas Consolidadas - 2016, em observância do disposto na al. i) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09** por indicação do Senhor Presidente da Câmara o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia**, que expôs o seguinte: "Em relação às Contas Consolidadas, volto a referir, que a Câmara Municipal do Funchal é a única Câmara da Região que neste momento apresenta as suas Contas Consolidadas. Porque temos empresas municipais que a isso obrigam, nomeadamente a SocioHabitaFunchal e a Frente MarFunchal. -----

Estas contas, face ao peso que têm no Município do Funchal, e um grupo municipal que acaba por ter sensivelmente 99% do ativo do grupo municipal, portanto as duas empresas municipais representam cerca de 1%. Portanto, àquilo que foi discutido na última Assembleia em relação às contas individuais, é-lhes acrescentado, fazendo a consolidação entre o SNC, que é o Sistema de Normalização Contabilística, que as empresas municipais devem respeitar, e o POCAL, que o Município do Funchal ainda utiliza, prevendo-se que no próximo ano seja o SNCAP, havendo então aí uma facilidade maior de se poder fazer uma consolidação. -----

Portanto, a consolidação foi feita nos termos que manda a lei. A lei é de 2007, mas só uma resolução de 2010 é que estipulou as regras para se fazer esta consolidação. E falando de um ponto de vista diferencial, aquilo que já se discutiu em relação às contas individuais, a

certificação legal de contas por exemplo, mantém aquelas ressalvas que foram feitas nas contas individuais, e que já aqui se falou. Os resultados são também muito semelhantes, e eu vou passar por eles telegraficamente, só para ficar toda a gente, mais ou menos em linha com aquilo que foram os resultados aprovados, feita a consolidação.-----

Portanto, o Passivo apresenta uma redução de 14,3 milhões de euros, sendo que 8 milhões de euros referem-se à amortização de dívida de médio e longo prazo, e o restante, amortizado também nos planos de pagamento, que como sabem entram na rubrica de fornecedores de conta corrente. -----

Resulta-nos um Passivo total mais baixo, desde que estas contas são feitas, que como referi, são feitas desde 2010, e o passivo é neste momento de 185 milhões de euros. Portanto, é dos passivos mais baixos desde que as contas consolidadas são feitas. -----

Como eu dizia, há 2,3 milhões de euros de redução a fornecedores de curto prazo, por via de acordos de pagamento. -----

Nos Fundos Próprios, há um crescimento de 8,4 milhões de euros, fruto de um aumento de 2,9 milhões. Um resultado líquido de um exercício para sensivelmente 6 milhões, e resultados transitados de 5,3 milhões de euros, que se referem ao registo de prédios que não se encontravam registados no balanço do Município do Funchal, e a subsídios ao investimento, nomeadamente oriundos de fundos comunitários. -----

No Ativo, há um decréscimo de 6 milhões de euros, decorrentes das amortizações do imobilizado, que neste momento são feitas em linha com aquilo que a legislação prevê, e mantemos neste momento, uma amortização como é solicitada, como é previsto de um ponto de vista financeiro, uma amortização regular todos os anos, que não tenha aqui um efeito harmónico. É uma amortização de acordo com o CIB, como devem de ser as classificações de imóveis e bens do estado, chamado CIB. -----

Portanto na Demonstração de Resultados estamos com um aumento de 7,1 milhões de euros nos Proveitos. -----



Os Custos também cresceram, mas só 4,3 milhões de euros. E também aqui refiro que, foram constituídas Provisões para todas as situações que possam ter algum risco, nomeadamente, algumas questões judiciais que possam compreender riscos de custos adicionais para o Município do Funchal. Portanto, acresceu-se e criou-se provisões de 50%, da parte que é previsível de que nós possamos vir a perder, que é de acordo com aquilo que também diz a lei, num valor de 2,2 milhões de euros. -----

Recordo que as prestações de contas das empresas municipais, são aprovadas nas suas assembleias gerais. Na SocioHabitaFunchal, é a Vereadora Madalena Nunes, que é a Presidente da Assembleia Geral, que aprova as contas, e a Vice-presidente Idalina Perestrelo, que na qualidade de Presidente da Assembleia Geral da Frente MarFunchal, aprova as contas desta empresa.” -----

A consolidação é feita pela Câmara, é aprovada na reunião de Câmara, e apreciamos aqui, que é o que cá estamos a fazer”. -----

**- INSCRIÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** interveio sobre a apresentação das contas do Município, dizendo que “Neste ponto não estamos aqui a analisar contas de novo. Elas foram analisadas no seu devido momento, é de facto um exercício de consolidação ou agregação das contas da Câmara, com as duas empresas municipais. -----

Mas ainda assim, é óbvio que se vem para apreciação e votação, naturalmente tem que merecer a nossa apreciação e votação, como é óbvio. E portanto, temos que justificar o porquê do nosso voto e naquilo que concordamos e naquilo que discordamos, fazendo também uma análise qualitativa e quantitativa dos números e da gestão da Câmara. -----

Uma vez que o Senhor Vereador voltou a falar na questão da dívida e no passivo, eu acho muito estranho que uma Câmara Municipal se vanglorie e se envaideça por ter um passivo

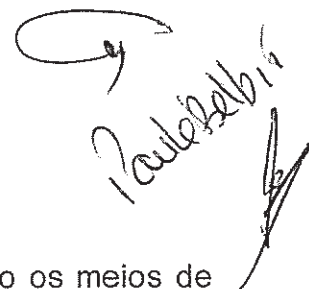
baixo. -----

Vila Nova de Mil Fontes tem um passivo mais baixo que o Funchal, Penacova tem um passivo mais baixo que o Funchal, Vil Real tem também um passivo mais baixo que o Funchal, Lisboa deverá ter um passivo mais alto, Porto também, e isto para dizer, que os Municípios não têm como objetivo, tal como as empresas, dar lucro ou maximizar o seu ativo e os seus rendimentos. -----

As Câmaras Municipais têm como objetivo servir as populações e investir nas Cidades, para proporcionar um melhor presente e um melhor futuro para quem as habita. Ora, o sinal de quem tem o passivo mais baixo, e bate o recorde de passivo, e vem vangloriar-se de ter o passivo mais baixo dos últimos anos, isso quer única e exclusivamente dizer que não há investimento na Cidade. Que a Cidade parou, e que se não há criação de dívida, é porque não houve investimento e não houve coisas novas a acontecer. -----

Isto fazendo analogia, e mau grado a comparação, é mais ou menos como os clubes de futebol, em que os seus adeptos e sócios não têm como prioridade ter as contas do clube a dar lucro; eles querem é ganhar campeonatos. Será positivo, e é importante ter equilíbrio. É importante poder pagar o que se compra, poder pagar a dívida que temos. Muito bem. Mas eles querem é ganhar campeonatos. -----

E o que é o campeonato de uma Câmara Municipal? É diminuir o seu Passivo? É ter como única função, e única estratégia, pagar dívida das obras que já estão feitas? Eu acho muito estranho, que os Senhores venham vangloriar-se do baixo nível de passivo que têm. A Câmara Municipal do Funchal nunca teve em bancarrota. Esteve sempre com os seus rácios todos os anos aprovados pelo Tribunal de Contas. Sempre cumpriu com os limites de endividamento, e sempre teve folga para poder aumentar o seu endividamento. Senhor Presidente, a sua verdade não é a verdade dos factos. E manda estas atoardas, enquanto como o seu colega disse, que estava aqui a televisão, a ver se passa. Se calhar até passa



mesmo. Se calhar, da maneira que fala e da maneira que tem controlado os meios de comunicação social, a ideia passa mesmo Senhor Presidente. -----

E os conselhos só se dão a quem pede, é verdade Senhor Presidente. Mas há um conselho que eu deixo, e que deixo a todos os políticos; é que não tomem as pessoas por tolas, não tomem os cidadãos e os eleitores por tolos. As pessoas sabem o que se fez na Cidade. As pessoas sabem quais foram as obras e os trabalhos deixados pela anterior Vereação. E fizeram o seu julgamento, como farão também da sua Vereação, Senhor Presidente. -----

Eu não tenho memória nem nota, de uma obra que vai ficar emblemática como sua ou da sua gestão. Eu não tenho memória de uma iniciativa cultural que tenha sido inventada por si, e que esteja implementada, e que vá perdurar na Cidade. Eu não tenho memória de um investimento que seja, dentro do limite da capacidade de endividamento da Câmara, e que vá deixar a Cidade melhor do que quando aqui chegou. -----

Portanto, aquilo que acho muito estranho, é que continuem e façam alarido, de querer demonstrar que uma boa gestão de uma boa Câmara Municipal, é como se faz numa empresa, isto é, pagar dívida dos que cá estavam e das obras que fizeram, e não fazer mais nenhuma. Pagar a dívida, ter os valores baixinhos, e dizer que aquilo que existia antes, que não sabemos se eram 90, depois eram 94, depois já eram 105. Depois ainda, numa entrevista, já eram 110. Num artigo de jornal, escreve que eram 102. Portanto, tenta também baralhar os números, nem os domina ou se os domina, é mau pensar que os quer baralhar. Isto para 4 anos depois não fazer nada, e dizer que afinal agora, só deve 70. ----

Passando agora para as contas da Frente MarFunchal, já disse aqui mais do que uma vez, até falei num episódio pessoal. Também não sei se é um ato de inteligências, se calhar nós não sabemos fazer oposição e não dominamos as artes da política. Mas eu tive a experiência do que era a cobrança dos parques de estacionamento, na anterior gestão e o que é que é a cobrança atual, como já aqui relatei. -----

Mas olhando para os números, vamos tentar perceber mais uma vez uma grande decisão estratégica e de gestão desta Câmara Municipal; acabar com os concursos públicos e com a concessão da gestão do estacionamento desta Cidade e da cobrança dos parques de estacionamento, passando a ser ela a assumir a 100% essa gestão. E vamos ver o que é que aconteceu. Entretanto, já passaram 4 anos dessa bela iniciativa, e vamos ver os resultados. Receita da Frente MarFunchal na gestão dos estacionamentos 2013, 746 mil euros. Em 2016, 40 mil euros. -----

Número de trabalhadores em 2014, já incluindo os 20 incorporados da empresa que tiveram que herdar e gastar mais dinheiro com esses trabalhadores, 63. Em 2016, 108. -----

Aumento dos custos, incluindo o aumento com custos com pessoal, cerca de 1 milhão de euros a mais. -----

No passado mês de maio de 2017, e porque a justificação era para equilibrar as contas da Câmara Municipal, que se vangloria de dar lucro e de ser positiva e de não estar em bancarrota, teve que injetar 300 mil euros na Frente MarFunchal para poder fazer face ao desequilíbrio financeiro daquela Sociedade. -----

Os senhores fizeram diminuir em mais de 700 mil euros as receitas com a gestão dos parques de estacionamento, e fizeram aumentar em mais 500 mil euros os custos com pessoal na gestão que era feita, para não falar na qualidade do serviço e na eficiência da cobrança. -----

Este é um exemplo de má gestão, má avaliação estratégica, má racionalização dos serviços, e má decisão e análise previsional do que poderia ser o impacto de uma resolução destas. -----

Estamos a falar, 4 anos depois de terem delapidado 1 milhão de euros de receitas a menos e de custos a mais, da Sociedade Frente MarFunchal. -----

Com que propósito? – Desconhecemos. -----

Carlo Alberto

São estes os números que falam por si da gestão da Câmara Municipal do Funchal. É por estas razões, já apontadas na anterior análise das contas desta Câmara, que naturalmente o nosso voto consolidado não poderá ser diferente do voto individual das contas. E por essa razão, merecerão o nosso voto contra, também nas Contas de Consolidação do Município.

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM** intervindo disse, “Eu queria apenas dizer que tenho orgulho em fazer parte deste Grupo Municipal, que realmente conseguiu pôr as contas desta Câmara em ordem, tendo baixado o endividamento de forma bastante acentuada. Basta pensarmos que mais de 40 milhões de euros de dívida, já foram pagos. Quando no passado recente, no espaço apenas de 4 anos, entre 2008 e 2012, esta Câmara recorreu a 4 resgates financeiros para pagamento de despesas correntes. -----

Perante isto, com o esforço que foi feito, em que estamos a pagar estes empréstimos contraídos para pagamento de conta corrente, além dos vários acordos de pagamento que foram feitos com outras entidades, e mesmo assim conseguirmos fazer investimento, só posso louvar o trabalho desta equipa, e por isso merecerá o voto favorável do nosso Grupo”.

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** pediu o seguinte pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal Duarte Caldeira Ferreira: “Onde é que foi buscar essa informação, de que esta Câmara foi alvo de algum resgate? - Porque a Câmara concorreu a Programas Nacionais que só podiam aceder as Câmaras que estivessem no verde, a financiamentos a uma taxa de juro muito mais reduzida do que a taxa bancária, e eram emprestados pelo Estado Português às Câmaras que poderiam pagar, para poder fazer face a despesas que já estão inscritas nos livros, de modo a poderem amortizá-las mais rapidamente. -----

A Câmara não teve nenhum programa de resgate, quanto menos 4 programas de resgate. Essa palavra nunca existiu no vocabulário da Câmara Municipal desde que ela existe e não

sei onde é que o Senhor Deputado a foi inventar. É mais uma vez, se calhar, a estratégia de mandar para cima e ver se passa. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM** interveio para retorquir, dizendo, “Estamos aqui a falar de nomenclatura. O Estado Português quando foi resgatado, como foi dito em todos os jornais nacionais e regionais, pelo PAEF chamou-se a isso resgate. -----

Quando o mesmo aconteceu com a Região Autónoma da Madeira, que condicionou a nossa autonomia pelo PAEF, chamou-se resgate. -----

O PAEL municipal já não se chama resgate, porque o Senhor Deputado Rui Cortez entende que as questões municipais já não são resgate. Que não condicionaram nada a ação deste Município, e você sabe muito bem que condicionou. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** voltou a colocar mais um pedido de esclarecimento: “Senhor Presidente e Senhor Deputado Duarte Caldeira, podem repetir as vezes que quiserem, que eu vou solicitar pedidos de esclarecimento as vezes que eu entender, porque eu não vou permitir que o Senhor Deputado passe informação falsa e que diga que um PAEL é igual a um PAEF. -----

O Senhor Deputado não sabe o que é um resgate; um resgate implica que quem empresta impõe condições e exige que sejam cumpridas medidas. -----

Um PAEL não é um programa de resgate, porque não impõe condições à Câmara para alterar o seu ativo. As suas contratações, e a diminuir pessoal, que isso sim, é que é um resgate. -----

Senhor Deputado não repita mentiras. Se não sabe, diga que não sabe. É nomenclatura, não sei o nome das coisas, aceito a minha ignorância ou então abstenha-se e não diga asneiras. -----



--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM** esclareceu que "O Senhor Deputado Rui Cortez pode chamar da maneira que quiser, e que ele chama da maneira que quiser e que estão esclarecidos". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** na sua intervenção afirmou, " Já percebemos qual é o registo que está a ser adotado. -----

O Deputado Carlos Rodrigues que é o Tótó, o barulhento sem conteúdo, o pouco inteligente, o que tem dificuldade de entendimento, tudo isso foi proferido aqui. -----

O Senhor Deputado Duarte Caldeira, e o Senhor Deputado Sérgio Abreu ostensivamente, e maliciosamente deturparam as minhas palavras. E isso das duas, uma; ou há dolo, ou há premeditação. Ou então, há incompetência e engano. E eu como não acredito que haja dolo e que haja premeditação, disse que era uma incompetência. -----

Quem foi que cometeu o erro? – O Senhor Deputado Sérgio Abreu. -----

Agora eu tive o cuidado de tratar o Senhor Presidente ao nível de não entrar na acusação. Eu disse que não o acusava, e o Senhor Presidente inclusive, respondeu com sarcasmo. Disse que agradecia a minha preocupação. -----

Nem sequer admitiram que a minha preocupação era genuína. Mas tudo bem. Eu sou genuíno. E tenho uma característica, Senhor Presidente. Eu não cometo a afronta de tentar diminuir as pessoas Eu não chego ao ponto de, como alguém que tem responsabilidades nesta Câmara, chamar "Tótó a ninguém". -----

Não digo que o Senhor Presidente é um barulhento sem conteúdo. O Senhor Presidente disse que eu fiz muito barulho mas não tinha conteúdo. Porque eu parto do pressuposto que uma pessoa que faz barulho e não tem conteúdo, é um barulhento sem conteúdo. ----

O Senhor Presidente também disse que nós, Grupo Municipal do PSD, éramos pouco inteligentes e que tínhamos dificuldade de compreensão e dificuldade de entendimento nas questões. Mas o Senhor Presidente inclusive disse, que uma mentira dita várias vezes,

porque acha que aquilo que nós dizemos em relação à limpeza é uma mentira. Não. É uma verdade. -----

Mas o Senhor Presidente não se coibiu de dizer que esta Câmara estava em bancarrota, quando é mentira. E pergunte ao seu Vereador, porque é que esta câmara nunca incorreu, nunca violou o princípio do equilíbrio, e manteve sempre os rácios? Como aqui já foi dito. E dizer o contrário é mentira, e isso está no Ministério que tutela as Autarquias Locais, e nos Anuários do Poder Local. -----

O Senhor Presidente, em relação à Loja do Múncipe, referiu-se aos tempos médios. Eu tenho que acreditar nessa estatística que apresenta. Mas tem que me dar a oportunidade de achar que o tempo médio de 2 minutos no total do mês, implica que houve atendimentos de 10 / 20 segundos. Porque no meu caso, o meu atendimento de pagamento demorou 45 minutos. Portanto, se o meu, que demorou 45 minutos, para chegar a uma média de 2 minutos, eu imagino que alguns tenham demorado menos de meio minuto. E parece-me complicado pagar uma conta de água em menos de meio minuto. Eu aconselhava-o a rever essa estatística. -----

O Senhor Presidente falou da questão da limpeza e também está no seu direito de dizer que é uma mentira proferida pelos Deputados do PSD. E eu agora pergunto se o Senhor Presidente, acha que o Senhor Professor Raimundo Quintal é mentiroso? -----

Porque o Professor Raimundo Quintal que não é do PSD, fez parte da Vereação do PSD na qualidade de Independente, tem sido dos maiores denunciadores da pior situação que esta Cidade apresenta, no que diz respeito aos jardins e à limpeza. Ele não é do PSD nem Deputado Municipal pelo PSD Independente. Mas se ele é mentiroso, também acho que é uma situação a considerar. -----

O Senhor Presidente diz, "nada mudou na política da limpeza". Mas mudou o principal. Mudou a Vereação e a pessoa que assumiu aquela responsabilidade. Tudo o resto



Paulo Bettencourt

manteve-se igual. Mas se as pessoas não tiverem a orientação correta, se não tiverem os meios e a distribuição como deve de ser, as coisas não funcionam. -----

Em relação ao Orçamento Participativo, Senhor Presidente da Câmara, eu concordo consigo, e é de facto o culminar da Democracia Participativa. Mas quando se estabelece o Regulamento do Orçamento Participativo, tem que se retirar, por exemplo, das propostas a apresentar, aquelas que são obras normais de manutenção da Câmara. Como é o caso, por exemplo, das obras de manutenção dos pavimentos, e as obras de saneamento básico. Porque a prova de que a Democracia Participativa funciona e que dá origem a ideias interessantes, é aquela que estou farto de falar que aconteceu na Praia Formosa. O projeto Praia Inclusiva. Isso sim, é um projeto criativo, inovador que resolve um problema específico de uma determinada franja da população. Inclusive o Skate Park, embora eu não concorde com a localização, também é uma infraestrutura que faltava, que já houve em tempos e que deixou de existir porque se degradou. E é uma obra que está bem conseguida. É uma forma eficaz e inteligente de Democracia Participativa. -----

Agora, asfaltar estradas? Resolver problemas de abastecimento de água? Resolver problemas de saneamento básico? É isso que é o Orçamento Participativo? -----

É talvez resultado da minha pouca inteligência e da minha dificuldade de entendimento, que me leva a tecer estas considerações. -----

E em relação ao Lido, volto a dizer, o Senhor Presidente diz que são questões técnicas que deram origem a essa miríade de e-mails. A esses problemas com o empreiteiro que executou a obra. Mas o problema está quando as questões técnicas degeneram em condições de operacionalidade, e degeneram em questões acima de tudo mais importantes, que são as questões de segurança. -----

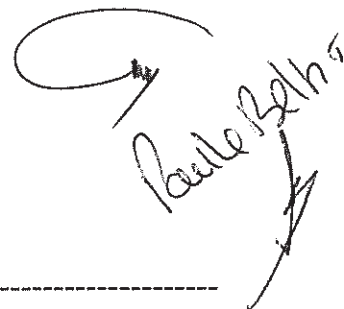
Se não está em condições, fecha-se e põe-se em condições. Isto é aquilo que nós testemunhamos, e não são só os Deputados do PSD, "esses demónios à solta que por aí

andam” que usam as instalações do Lido. São todos aqueles que vivem no Funchal, inclusive os turistas que nos visitam; é um buraco, é uma falta de aderência, é uma plataforma que não se pode usar, afetando a utilização por toda a gente. Uma criança que tem de atravessar todo o Complexo para ir à casa de banho? Isto é um problema dos Deputados do PSD? -----

Portanto, se há problemas de operacionalidade e de segurança, não são só as questões técnicas. Estas são as causas. As consequências são as questões de segurança. E se não está em segurança nem em condições de poder ser usado, que se feche. Que se suspenda nas alturas de maior acesso. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia por indicação do Senhor Presidente da Câmara voltou a dar a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Gouveia** que começou por esclarecer o seguinte: “Respondendo às questões levantadas pelo Senhor Deputado Rui Cortez, nomeadamente em relação ao facto de nós regozijarmo-nos por termos baixado o Passivo. Eu concordo consigo, que um Passivo só por si baixo, não é algo que deva ser só por si um ponto positivo. Mas o menor peso que tiver um Passivo dentro do global do Ativo da Câmara, melhor é sua autonomia financeira. E é isso que nós temos que nos regozijar. Porque de facto, se em 2010 havia uma autonomia financeira de 77%, nós este ano estamos com uma autonomia de 80%. E é um valor que subiu, porque significa que diminuámos o Passivo. E não foi á custa da diminuição da riqueza da Câmara e do Ativo. Mas sim, á custa do pagamento de dívida e do aumento de capitais próprios. -----  
E isso é um dos indicadores de boa gestão; aumentarmos os capitais próprios e reduzirmos o Passivo, o que nos deixa margem para podermos endividar-nos, naquela que já foram palavras suas aqui nesta Assembleia, aquilo que é a dívida boa, que é a dívida contraída para investimento, que tem um reflexo claro no Ativo. -----

Ao contrário do que são os resgates, e aqui acompanho o Deputado Municipal Duarte



Caldeira, porque de facto são resgates. -----

Pagar a Tempo e Horas foi empréstimo, um Programa da República, que configurou uma transformação de dívida comercial em dívida financeira. -----

Dívida comercial não é dívida de investimento. É despesa corrente. E vocês sabem muito bem que se está a falar de despesas com água, com eletricidade e com resíduos. -----

O Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado, também subscrito pelo anterior mandato, também foi um empréstimo para pagar este tipo de dívidas. Os próprios Acordos de Regularização de Dívida que transformam a dívida comercial, que já estava inserida num pagamento de 5 anos, consistem numa reestruturação da dívida. E finalmente o PAEL, e se calhar eu vou entregar o Plano de Ajustamento Financeiro aquilo que foi assinado ao Presidente da Assembleia, para depois fazer chegar a cada um dos Grupos Municipais, que disse e muito bem, que um resgate é quando quem empresta coloca condições, entre as quais a diminuição do Passivo. E é isso que aqui está. Isto que foi assinado a 24 de setembro de 2012, este documento prevê adequar o nível de investimento público ao nível das receitas geradas pelo Município, de modo a que o Passivo não aumente de ano para ano. -----

Portanto, isto configura um resgate pela falta de soluções de financiamento para as dívidas de curto prazo. Na prática, estão aqui as obrigações que esta Câmara se submeteu para poder aceder ao financiamento de 29 milhões de euros do Estado. -----

Obrigações, essas que, quando aprovamos as últimas Contas Individuais, foram levantadas por via do Orçamento de Estado deste ano, uma vez que nós já estamos dentro daquilo que são essas regras que estão no Orçamento de Estado. Cumprimo-las, e ficamos fora da obrigatoriedade de cumprir com estas regras que aqui estão, e que não fomos nós que assinamos. Isto não pode ser encarado como um prémio pela boa gestão. -----

Eu não falei sobre a dívida porque isso já está mais do que debatido. E quando se fala de

divida, temos vários tipos de divida; como divida global, divida corrente, e o limite de endividamento. E como já tive oportunidade de dizer na última Assembleia, os limites de endividamento eram na altura do Plano de Ajustamento à Republica. Eram estipulados, não pela Lei de Finanças Locais, mas pelos Orçamentos do Estado, e nessas regras do Orçamento de Estado, houve anos em que não foram cumpridos os limites de endividamento. Como tal, não se poderia pedir financiamentos para investir, porque aí estaríamos a incumprir o limite de endividamento. -----

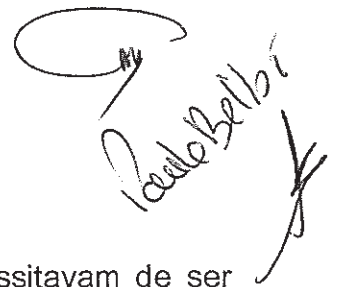
Portanto, aquilo que se deve fazer, foi o que fizemos no ano passado; pedir um empréstimo, elencando um conjunto de obras que esse empréstimo prevê financiar e fazer um investimento dessa forma, e esta é que é a divida boa. -----

Deixar de pagar a fornecedores e depois usar Programas do Estado para resgatar esses pagamentos, não é uma questão de boa gestão. -----

Em relação ao que foi falado sobre a Frente MarFunchal, de facto houve a cobertura sobre resultados líquidos no exercício, que foram negativos, e tivemos que os cobrir, como manda a Lei. -----

E aquilo que foi a diferença, foi tomarmos a posição política, de assumir a gestão dos parcometros, em linha com o que foi também a posição politica tomada pelo PSD, a meu ver bem, com a gestão dos parques de estacionamento cobertos. Foi um dos últimos atos do anterior Executivo, que foi precisamente, chamar a si a responsabilidade de gerir os parques de estacionamento cobertos. Portanto aqui acho que estamos em sintonia com aquilo que foi a prática do PSD. Nós chamámos à Câmara, também no fim da concessão, os estacionamentos descobertos e os parquímetros, e entregamos a gestão à Frente MarFunchal. -----

Ora, há algo que deixou-se de votar nesta Assembleia e que antigamente todos os anos se votava, que era o Contrato-Programa de equilíbrio financeiro da Frente MarFunchal. Todos



os anos, eram 300 mil euros, 350 mil euros, 400 mil euros, que necessitavam de ser transferidos para a Frente MarFunchal. A partir do momento em que se faz esta delegação dos parquímetros, deixou-se de fazer esses Contrato-Programa, como vocês bem sabem. A questão da cobertura dos capitais líquidos deste ano, penso que para mais detalhes podem solicitar informação ao seu Administrador Único, mas reveste-se com uma dívida de água. E eu já tive oportunidade de explicar isto em reunião de Câmara, de 400 mil euros que quando a Câmara faz o encontro de contas pelo último Contrato-Programa que foi visado pelo Tribunal de Contas só o ano passado, quando fazemos esse encontro de contas normalmente o que se faz vamos dando baixa das faturas mais antigas, e estas eram uma dívida de água que existia desde 2006 à Câmara de cerca de 400 mil euros. -----  
Portanto, esta foi uma forma que encontramos de liquidar essa dívida, de pagá-la e limpá-la das contas, quer da Frente MarFunchal quer da Câmara. Portanto, na prática esta transferência de 300 mil euros, acaba por ser para limpar uma dívida de 2006 que existia à Câmara”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** interveio dizendo: “Senhor Vereador Miguel Gouveia, eu admito que estando em pré-campanha, e admitindo que possa fazer parte da equipa que se vai candidatar, possa querer perder algum do rigor que tem pautado as suas intervenções. Para de alguma maneira, querer passar, tal como alguns colegas seus da Assembleia, algumas atoardas, a ver se elas passam e se ficam. -----

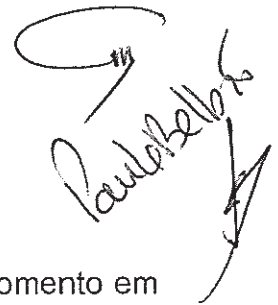
Este documento que acabou de distribuir e que agradeço, embora já o conhecesse, volto a dizer, para ficar de novo registado, que não é um resgate. Este Programa que aqui tem é facultativo; a Câmara Municipal do Funchal podia, ou não, fazê-lo. Escolhia se queria solicitar este Plano de Ajustamento Financeiro, como um financiamento do Estado às Câmaras Municipais, e candidatou-se. Podia não candidatar-se. -----

Alguém que é alvo de um resgate é quem já está no fim da linha. No fim do túnel, não pode fazer mais nada, tem que aceitar. Se não, vão haver credores que não vão receber, ou não vão perdoar a dívida, Ou vai entrar em falência, o que nunca aconteceu. Como nunca aconteceu, nunca houve necessidade de um programa de resgate. Não houve resgate às Câmaras Municipais do País. A do Funchal também não teve. -----

Houve um Programa, que foi disponibilizado a quem quisesse candidatar-se. Mas também é verdade que, não seriam aceites todas as candidaturas. Até na altura, houve uma classificação que foi intitulada de Semáforo, dado que havia as Câmaras no vermelho, as Câmaras no amarelo e as Câmaras no verde. Não preciso de lhe dizer em qual das cores se situava a Câmara do Funchal. Embora não tenha nenhuma afinidade com o verde, mas escuso de lhe dizer qual era a cor. -----

Portanto Senhor Vereador não insista na palavra resgate, porque esta Câmara nunca foi resgatada. Nunca teve que socorrer-se de um Programa de resgate. Nunca lhes foram impostas condições que ela não quisesse aceitar. Isso é o que define um plano de resgate. Vamos ser rigorosos, e volto a dizer que pode repetir as vezes que entender, que eu vou as vezes que entender, esclarecer quem de direito, quem quiser ouvir, e a verdade será de certeza a que vai transparecer”. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Gouveia** esclareceu: “Se de alguma forma, eu na minha intervenção disse de que foi imposto um resgate à Câmara, não há nenhum resgate nem o regate da República foi imposto a Portugal, nem à Região Autónoma da Madeira, nem ao Município do Funchal entraram em falência e no entanto, o nome e a nomenclatura que se utilizou para aquilo que se passou na República, foi de resgate. Também se utilizou, muito proficuamente, para a Região o nome resgate, e daí, naturalmente, e face àquilo que possa ser o mesmo tipo de entendimento, a Câmara sofre um resgate por via deste plano financeiro. -----



Portanto é esse o meu entendimento, e acho que podemos concordar neste momento em ter aqui uma discordância lexical." -----

--- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação deste **Ponto dois - Prestação de Contas Consolidadas - 2016, em observância do disposto na al. i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12/09**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** tendo obtido dezasseis votos a favor pelo GMM, dez votos contra PSD e dez abstenções, sendo quatro do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** anunciou que a Senhora Deputada Municipal Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves, 2ª Secretária da Mesa, por motivos pessoais teve de se ausentar da mesma, sendo substituída pelo Senhor Deputado Municipal José Gabriel Oliveira. -----

--- De seguida anunciou o **Ponto três - 3ª Revisão ao Orçamento – ano económico de 2017, em observância do disposto na al. ccc) do art.º 33º e na al. a) do n.º 1 do art.º 25º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12/09**, dando a palavra ao Senhor Vereador Miguel Gouveia, por indicação do Senhor Presidente da Câmara, que expôs o seguinte: "Esta Revisão Orçamental inscreve quer na rubrica da receita, quer na rubrica da despesa do Orçamento para 2017, o empréstimo do IRU ao abrigo do Programa Reabilitar para Arrendar, para a Reabilitação do Edifício da Rua dos Barreiros, na Zona Velha da Cidade." -----

--- Não havendo nenhuma inscrição para discussão deste Ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação do mesmo, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

--- Também não havendo declarações de voto o Senhor Presidente da Assembleia passou para o **Ponto quatro - Regulamento Municipal de Apoio à Reabilitação Urbana no Município do Funchal, ao abrigo da al. g) do n.º1 do artigo 25º e da al. k) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12/09**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que

se pronunciou da seguinte forma: "Este Regulamento insere-se numa estratégia do Município de reabilitação da Cidade do Funchal. -----

Consideramos a nível da alavancagem económica que a Cidade precisa, até pela transversalidade diária da economia e também em termos sociais, tem sido as diversas formas que esta Autarquia tem encontrado de promover a reabilitação urbana. -----

Criamos uma ARU, uma ORU, temos um Programa Cidade com Vida, com amplos benefícios e agora achamos que seria oportuno ampliar esses mesmos benefícios. -----

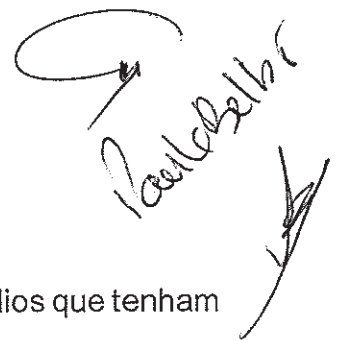
Resumidamente o que está neste Regulamento de Apoio à Reabilitação Urbana há dois benefícios que gostaria de destacar: a redução de 50% no alvará de licença e de todas as licenças urbanísticas e a isenção do espaço público por um período de 6 meses de tudo aquilo que são andaimes, gruas, tapumes, tudo aquilo que é necessário numa obra de reabilitação que ocupa a via pública. A questão dos 6 meses tem a ver com uma análise que fizemos, já até a nível Nacional de outros Programas de Apoio à Reabilitação e há experiências noutras Cidades, que se prolongamos o período a ocupação da via pública prolonga-se muito no tempo e isto é também uma forma de no planeamento da obra ter-se em conta que a isenção é para 6 meses porque se não começam a pagar as respetivas taxas. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** expressou o seguinte: "Nós por princípio não estamos contra qualquer Programa de Reabilitação Urbana. Mas o que acabamos de verificar, é que ele acaba por ser redundante, quase inócuo, tendo em conta a Legislação Nacional já existente. -----

Não sei se o Senhor Presidente tem conhecimento, mas vou fazer chegar ao Senhor Presidente da Assembleia, para mandar distribuir e entregar na Câmara, uma cópia, do Decreto-Lei nº 53 de 8 de abril de 2014. Foi promulgado pelo Ministro do Ambiente da





altura, que vem justamente excepcionar para todas as Câmaras do País, prédios que tenham mais de 30 anos ou que estejam incluídos em zonas de reabilitação, esses prédios estão isentos de uma série de normativas do âmbito, por exemplo, de dispensa de pés direitos, de edificações urbanas, dispensa do regime de aplicação legal de acessibilidades, ou seja, dispensa uma série de requisitos que são exigidos numa construção nova. -----

O Programa que estão agora a introduzir, não tem nada de mal. Existe a redução nas taxas, mas isso podia ser feito dizendo que quem se candidatar a uma reabilitação de um prédio com mais de 30 anos, paga menos. E não era preciso um Programa de Reabilitação Urbana. Isto permite que, prédios novos com menos de 30 anos que não estão nesta normativa, possam ser reabilitados. -----

Agora a minha pergunta é, nesta zona que ficou definida para perímetro de reabilitação urbana, quantos prédios com menos de 30 anos existem, que vão querer fazer reabilitação urbana? -----

Ora a reabilitação urbana é para prédios normalmente devolutos e mais antigos com maior idade. Agora um prédio com 15, 20, 25 anos não precisará de um projeto de reabilitação urbana.-----

Por isso pergunto ao Senhor Presidente se conhece este diploma?" -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu: "Senhor Deputado, eu conheço esse diploma. Aliás tive oportunidade de estar reunido com a ASSICOM para em articulação com a Câmara podermos agilizar os procedimentos relativamente à Reabilitação Urbana. E dizer-lhe que, uma coisa é esse enquadramento, outra é o regulamento das taxas, porque isso refere-se ao RGEU, e estamos aqui a falar do Regulamento das Taxas. -----

Se me disser que poderia ser possível a introdução dentro do Regulamento de Taxas do nosso Regulamento estas especificidades, podia sim Senhor. A nossa opção não foi essa, foi um Regulamento próprio direccionado para a Reabilitação Urbana e ampliando aquilo

que são os benefícios já de uma ARU, estipulados numa ARU.” -----

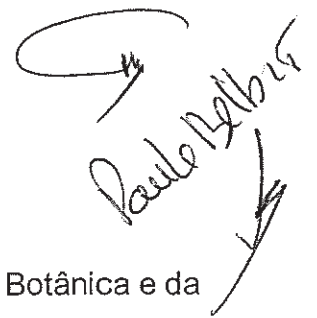
--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou para a votação deste Ponto, sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

**Ponto cinco - Atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, ao Senhor Arquiteto José Rafael Botelho, em observância do disposto no art.º 10º do Regulamento de Medalhas Municipais, conjugado com o disposto na al. ccc), do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12/09,** o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que expressou o seguinte: “Para abreviar, na deliberação da proposta, consta tudo o que consideramos ser razoável acerca do desempenho meritório do Arquiteto Rafael Botelho, que foi o Pai do primeiro Plano Diretor Municipal. Realizou projetos nesta Cidade, não só no âmbito do Plano Diretor Municipal, mas também a nível do planeamento urbanístico da mesma, assim como, projetos concretos, como a Nazaré, por exemplo, e o planeamento de toda a área turística na zona oeste. -----

Tem agora 94 anos e consideramos que ainda em vida, seria uma oportunidade de homenagear este importante Arquiteto, que teve uma ação preponderante na Cidade que hoje temos.” -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação deste Ponto, sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

**Ponto seis - Atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro ao Engenheiro Rui Vieira, em observância do disposto no art.º 10º do Regulamento de Medalhas Municipais, conjugado com o disposto na al. ccc), do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12/09,** o Senhor Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que proferiu o seguinte: “Penso que é comum assente esta Proposta apresentada pelo



CDS-PP. É também reconhecida a figura do Engenheiro Rui Vieira a nível da Botânica e da importância que teve enquanto técnico, enquanto político e enquanto governante, e portanto é esta a deliberação que aqui através do CDS-PP trazemos à Assembleia.” -----

--- **O Senhor Presidente** de seguida passou à votação deste Ponto tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

--- Passando para o **Ponto sete - Proposta de Adesão do Município do Funchal à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, em observância do disposto nos artigos 1º e 2º da Lei 54/98 de 18/08**, o mesmo foi apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que começou por explicar: “Este ponto foi da minha iniciativa, trago este ponto à vossa consideração porque como certamente se recordam, no passado já se discutiu aqui a possibilidade do Município do Funchal e deste órgão da Assembleia Municipal fazer parte desta Associação. -----

Se bem se recordam na altura, os estatutos que regiam a dita Associação, suscitaram-nos bastantes dúvidas, essencialmente na parte onde era tipificado o tipo de associados desta Associação, em que era referido que o associado era o Presidente da Assembleia Municipal, que depois representava o respetivo órgão. -----

Nessa situação eu próprio referi na altura que essa situação era bastante ambígua e realmente não fazia sentido, ser uma pessoa, o Presidente em título da Assembleia, a ser o associado dessa Associação, porque efetivamente os Presidentes passam e os órgãos permanecem, e os titulares dos cargos vão sendo sempre modificados. -----

Essas questões foram colocadas da minha parte e também por parte de outras Assembleias Municipais, foram suscitadas aos promotores desta Associação e na sequência, presumo, dessas dúvidas todas que foram suscitadas, os estatutos desta Associação foram alterados. -----

Esta Associação já teve um Congresso Nacional em 31 de março, no qual os estatutos

foram definitivamente aprovados, e onde, segundo os Senhores Deputados podem constatar, o associado agora desta Associação é o Município do Funchal, sendo representado na mesma pelo Presidente que nesse momento estiver com a titularidade do cargo. -----

Posto isto, essas dúvidas que existiam, presumo estarem sanadas e agora o processo que vos está a ser posto à consideração é um processo que irá seguir as seguintes etapas: ---

- Nós hoje, o que iremos votar, é uma Recomendação ao Executivo da Câmara para que este também tenha uma palavra a dizer sobre o processo de adesão a esta Associação. Porque os próprios estatutos dizem que quem é associado à Associação, é o Município do Funchal, e então no entendimento da própria Associação, sugerem que este processo de adesão envolva uma deliberação conjunta dos dois órgãos, tanto do órgão Assembleia Municipal como do órgão Executivo da Câmara. -----

Portanto, se realmente isso assim se processar como é que esse processo irá decorrer? - Hoje, se votarmos favoravelmente esta Recomendação à Câmara, a mesma será dirigida à Câmara e esta em sede de Executivo irá deliberar sobre a sua integração ou não na Associação. Porque esta integração pressupõe o pagamento de uma quota anual, que no caso do Funchal dado o número de eleitores que estão inscritos, corresponde a uma quota anual de 1750 euros. Se em sede de Executivo camarário for aprovada a integração do Município na Associação, o Executivo remeterá de novo à Assembleia Municipal a proposta de adesão, e aí na Sessão Ordinária de setembro, iremos deliberar definitivamente a integração nesta Associação. -----

Portanto, se este processo decorrer por estes trâmites, estaremos a envolver os dois órgãos, o deliberativo e o Executivo, na decisão definitiva de integração do Município do Funchal na Associação, e teremos assim, por sugestão da própria Associação, uma deliberação de valor reforçado. -----

*Paulo Baltar*

É com estes pressupostos que ponho à vossa consideração esta proposta, sendo certo que o que hoje iremos deliberar será uma Recomendação à Câmara para também a própria Câmara se pronunciar sobre esta matéria. -----

Era esta a informação que queria vos dar, estou aberto a questões que queiram colocar.” -

**INSCRIÇÕES:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** pronunciou-se dizendo: “Em relação à Proposta que aqui é trazida e apesar do que já foi apresentado e da forma como foi colocado na última reunião de Líderes, continuam a suscitar-nos algumas dúvidas e tendo em conta que existe a Associação Nacional de Municípios, que até no seu artigo 2º diz que são os Municípios representados nessa mesma Associação, parece-nos haver uma duplicação com a criação desta Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

Tendo em conta que, inclusive na parte dos direitos que os Municípios têm na Associação Nacional de Municípios, acaba por haver uma duplicação. Se examinarmos a proposta que aqui é trazida, e numa altura que deveria haver era o reforço do Poder Local e das Associações que representam o Poder Local, parece-nos que a criação desta Associação Nacional de Assembleias Municipais, vem esvaziar aquilo que é a Associação Nacional de Municípios, e por isso nós votaremos contra esta Proposta.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** manifestou: “Só para dizer que a adesão do Município do Funchal à Associação Nacional das Assembleias Municipais, sempre será um instrumento para a circulação de informação, para a formação e para a troca de experiências pelas várias Assembleias Municipais de Norte a Sul do País. -----

Logicamente que na nossa opinião não colide com a ANAFRE nem com a Associação Nacional de Municípios. Quanto mais força tiver a rotatividade Autárquica, mais poder e

competências terá o poder Autárquico, o que é um reforço desse mesmo poder, o que para nós é visto com bons olhos. E que o associativismo traga também alguns instrumentos para a melhoria do funcionamento das assembleias Municipais.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** também se manifestou dizendo: “Eu gostaria de saber se esta Associação implicaria algum tipo de encargo financeiro para a Autarquia?” -----

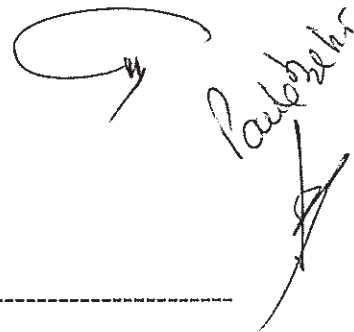
--- Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu os intervenientes dizendo: “Concretamente à questão do Senhor Deputado Eduardo Welsh, tive a oportunidade de dizer, na minha exposição inicial, que esta integração implica o pagamento de uma quota anual no valor de 1750 euros. Anualmente, o Município do Funchal se integrar esta Associação enquanto associado da mesma, terá esse ónus financeiro associado. -----

Comentando a intervenção da Senhora Deputada Herlanda Amado, permita-me que lhe diga que nos estatutos e no artigo 4º, onde refere o objeto da ação desta Associação, é no fundo valorizar o papel das Assembleias Municipais. Promover colóquios, palestras, debates, conferências, promover publicações relativas ao papel que as Assembleias Municipais têm no âmbito do Poder Local. -----

Portanto, penso que neste pressuposto julgo que não há uma colisão do papel da Associação das Assembleias Municipais, com o papel que neste momento é desempenhado pela ANAFRE e pela própria Associação Nacional de Municípios. -----

Penso que aqui há um papel complementar, que poderá enriquecer o Poder Local no seu conjunto. Nesse pressuposto, penso que estas três Associações, sendo uma realidade, de futuro, poderão e deverão complementar-se, na defesa de um Poder Local mais participativo, mais próximo dos cidadãos, mais interventivo. -----

Portanto penso que no fundo são três Associações que visam realmente melhorar as



condições de atuação do Poder Local no seu conjunto. -----

É com base nisso que vou deixar à consideração do plenário esta adesão, passando então à votação do mesmo.” -----

--- Colocado o Ponto à votação o mesmo foi **aprovado por maioria** com catorze votos a favor do GMM, três do CDS-PP e oito do PPD/PSD, e seis votos contra sendo três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** fez a seguinte interpelação à Mesa: “No fundo é uma informação e acho que devo isto também à Assembleia, e por ser a última Assembleia Municipal antes da entrega das Listas que serão candidatas ao próximo mandato, venho informar de uma decisão que já tomei há 2 ou 3 anos, e que como já estou como Deputado Municipal há 17 anos, e como penso que na política nós devemos estar enquanto nos sentimos motivados e com energia para tal, e que não somos donos dos lugares e devemos dar aos mais novos o seu espaço. -----

Portanto venho vos informar, que já solicitei ao meu Partido que não conte comigo para a formação das próximas Listas. Portanto não farei parte do próximo mandato, e este será o meu último mandato como Deputado Municipal.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Senhor Deputado, registo a sua informação, mas há mais uma Assembleia Ordinária em setembro antes das Eleições. -----

Registo esse facto, e permita-me que lhe diga, que foi sempre com enorme prazer pessoal e institucional, que relacionei-me consigo nas diferentes sessões da Assembleia Municipal. E que reconheço em si um Deputado que realmente deu, pelo menos nos anos que eu também enquanto Deputado Municipal e agora como Presidente da Assembleia, pude verificar, que foi sempre um elemento valioso no enriquecimento do debate político nesta Assembleia. Independentemente das divergências que possamos ter tido. Mas fica registado esse contributo valioso do Senhor Deputado para esta Assembleia.” -----

